



Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação de Portalegre



LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE ESPECIALIZADO: O MODELO TERAPÊUTICO NA PERSPETIVA DOS JOVENS E SUAS FAMÍLIAS

Dissertação de Mestrado Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Lúcia Sofia Mourato Barbas

Portalegre/Fevereiro 2014

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação de Portalegre

**LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE ESPECIALIZADO:
O MODELO TERAPÊUTICO NA PERSPETIVA DOS
JOVENS E SUAS FAMÍLIAS**

Dissertação de Mestrado Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Lúcia Sofia Mourato Barbas

Orientadora: Dr.^a Elisabete Mendes

Portalegre/Fevereiro 2014

RESUMO

Debruçamo-nos nesta dissertação, sobre a problemática dos jovens acolhidos em Lares de Infância e Juventude Especializado. O estudo tem como principal objetivo perceber qual o impacto da institucionalização nas famílias e jovens e como cada um vivência esta nova realidade. O intuito é o de perceber como os jovens e seus familiares/representantes legais vêem a sua institucionalização, neste tipo de lares, e investigar se conseguem verificar eventuais mudanças comportamentais, cognitivas, sociais e culturais nos jovens.

No estudo realizado participaram 17 jovens do sexo masculino, todos com problemas de comportamento e de saúde mental, e suas famílias/representantes legais. Estes jovens encontram-se acolhidos há pelo menos um ano num Lar de Infância e Juventude Especializado.

Os resultados revelaram que as estratégias terapêuticas usadas, neste contexto, estão a originar algumas alterações comportamentais dos jovens e também é notório o seu desenvolvimento em algumas áreas. Para os jovens e para os seus familiares/representantes legais este tipo de intervenção é o mais adequado para responder às problemáticas existentes e acreditam num futuro organizado e adequado para todos.

Palavras-chave – Jovens em Risco; Acolhimento Especializado; Estratégias Terapêuticas

ABSTRACT

We focused, in this thesis, on the issue of foster youths in Specialized Foster Homes for Children and Youngsters. The study aims to realize the impact of institutionalization on families and young people and how each one experiences this new reality. The aim is to understand how young people and their families / legal representatives see their institutionalization on this type of fosters home, and to investigate if there is any behavioral, cognitive, social and cultural changes in the youngsters.

In this study participated 17 young men, all of them with behavior and mental health problems, as well as their families / legal representatives. These young people are institutionalized for at least one year in a Specialized Foster Homes for Children and Youngsters.

The results revealed that therapeutic strategies used, in this context, are promoting some behavioral changes in youngsters it as also impact in their development in some areas. For young people and their families / legal representatives this type of intervention is the most appropriate considering that it respond to existing problems and they believe in an organized and appropriate for the future for all of them.

Palavras-chave – Vulnerable Young; Specialized Reception Centers; Therapeutic Strategies

Abreviaturas e símbolos

LIJ- Lar de Infância e Juventude

LIJE – Lar de Infância e Juventude Especializado

AR – Acolhimento Residencial

LPCJR – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

EMAT – Equipa multidisciplinar de apoio ao Tribunais

MEPCJR – Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Índice

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO I.....	11
1. O CONCEITO DE FAMÍLIA	11
2. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITO	14
3. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	15
3.1. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO.....	16
3.2. A LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO.....	19
CAPITULO II	23
2. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	23
2.1. OS LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	27
2.2. OS LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE ESPECIALIZADOS.....	31
CAPITULO III.....	46
3.1. OBJETIVOS DO ESTUDO	46
3.2. MÉTODO.....	46
3.2.1 PARTICIPANTES	47
3.2.2. INSTRUMENTOS.....	52
3.2.3. PROCEDIMENTOS.....	53
CAPITULO IV	55
4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	55
4.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
Referências Bibliográficas	81
ANEXOS.....	84

INTRODUÇÃO

Hoje em dia existe claramente a necessidade de elaborar novas estratégias de intervenção no Acolhimento Institucional, pois as problemáticas existentes são cada vez mais e maiores e os Lares de Infância e Juventude Especializado (LIJ's) não conseguem dar resposta às principais necessidades e especificidades de cada menor acolhido.

Assim, nascem os Lares de Infância e Juventude Especializados com o objetivo de fazer face às verdadeiras problemáticas existentes nos nossos jovens atualmente em áreas que abrangem a pré-delinquência, saúde mental e o consumo de estupefacientes. São Instituições bastantes recentes não existindo ainda nenhuma avaliação sobre o seu modelo terapêutico de intervenção e os seus resultados que daqui advêm.

O meu estudo irá incidir sobre um Lar de Infância e Juventude Especializado (LIJE) específico, que iniciou o seu trabalho recentemente, com estratégias de intervenção diferentes dos LIJ's generalistas. É essencial perceber qual a perceção dos jovens acolhidos e suas famílias/representantes legais deste tipo de acolhimento e quais os resultados (positivos ou negativos) que são fruto deste tipo de estratégias.

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (Lei 147/99 de 1 de Setembro) a definição de Acolhimento Institucional é “...a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” A separação das crianças e jovens da sua família biológica, por inúmeras razões, implica a necessidade de as colocar em instituições responsáveis pelo seu acolhimento e cuidado, com o intuito de salvaguardar um desenvolvimento em segurança. Existem três níveis de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situação de risco/perigo no sistema nacional, que estão definidos de acordo com as principais necessidades das crianças/jovens: acolhimento de emergência, que se destina a crianças e jovens em situação de perigo iminente e que não podem permanecer junto de sua família, por um período de tempo que não ultrapasse as 48h; Acolhimento de curta duração, que contempla o acolhimento de crianças e jovens em perigo num período máximo de 6 meses em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) ou em Famílias de Acolhimento; o Acolhimento de longa duração, superior a 6 meses, que se destina a crianças e jovens, dos 0 aos 18 anos,

em situação de perigo, desprovidas de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento prolongado ou definitivo em relação às famílias de origem, em Lares de Infância e Juventude (LIJ).

Ao longo dos anos, têm sido realizadas várias investigações acerca da Institucionalização em Portugal, sendo que alguns autores salientam aspetos negativos e outros defendem aspetos positivos para as crianças/jovens. Contudo, os aspetos positivos têm-se destacado e tem existido uma maior tendência em melhorar este tipo de resposta no nosso país. Assim, “assume-se que o conhecimento científico deve contemplar toda a complexidade e diversidade humana, e não apenas alguns dos seus aspetos (positivos ou negativos), para uma compreensão mais completa da experiência humana e para intervenções que diminuam o sofrimento e aumentem o bem-estar” (Seligman, 2002; Seligman, Steen, Park, & Peterson, 2005, citados por Carneiro, 2013).

É importante lembrar que, “o processo de institucionalização, que acaba por ser a consequência da separação, apesar de muitas vezes necessário, deve ser bem ponderado, já que a separação das figuras parentais deixa cicatrizes emocionais extremamente profundas e pode interferir com o crescimento saudável das crianças e jovens.” (Carneiro, 2012)

Neste sentido, é importante conhecer bem toda a história das crianças/jovens e sua família. Avaliar muito bem todos os envolventes no processo a nível psicológico, social e emocional, e conhecer todas as suas principais necessidades, pois são estes que transmitem e constituem modelos de valores e são, sem dúvida, referência para estas crianças/jovens.

As instituições podem ser assim, uma salvaguarda para crianças/jovens que se encontram em risco/perigo, dependendo do seu funcionamento e organização. É aqui muito importante o papel do cuidador que pode passar a ser uma referência positiva para as crianças/jovens através da relação afetiva que consigam estabelecer e pode também facilitar o desenvolvimento de várias competências (educacionais, sociais, básicas, emocionais, entre outras).

Carneiro (2012) defende que, “incidir sobre a dinâmica da criança e do jovem dentro da instituição é, inevitavelmente, recair sobre o profissional responsável pelo seu cuidado direto, pelo seu acompanhamento permanente, e pela promoção das suas aquisições (de saberes, de valores e de competências).” O cuidador é então fundamental dentro das instituições já que acompanha as crianças/jovens diariamente, minuto a minuto, em todas as áreas, desde a

escola, higiene pessoal e doméstica, refeições, cuidados básicos, competências sociais e cidadania, doenças e transmitem confiança. São estes que lhes dão afeto, carinho, que os confortam, que os entendem e tentam alterar alguns comportamentos ou ações desadequadas que vão surgindo no dia-a-dia.

No entanto, e como já referi anteriormente nos últimos anos tem-se verificado alguma incapacidade por parte dos LIJ's em acolher alguns tipos de problemáticas específicas direcionadas para a saúde mental, comportamentos de pré-delinquência, agressividade e consumo de estupefacientes, que tendem a destabilizar os restantes crianças/jovens e a prejudicar o desenvolvimento integral de ambos.

Estes tipos de problemáticas levam a que a criança/jovem necessite de proteção, num espaço que lhe consiga transmitir segurança e estabilidade e que todos os adultos que o rodeiam conseguissem mostrar que o compreendem e assim, arranjar formas de intervenção para promoção de competências e mudanças internas. São todos jovens com experiências antigas marcadas por longos períodos de maus tratos, negligência e abuso, logo com grandes dificuldades emocionais.

Assim sendo, com o passar dos anos tem havido uma grande necessidade de reestruturação na forma como estão as Instituições organizadas, de forma a dar respostas a todas e às variadas problemáticas existentes em cada jovem. As crianças/jovens apresentam-se cada vez mais destabilizados e com atitudes que os colocam em perigo e colocam também as pessoas que os rodeiam em perigo. É importante retirá-los do seu meio envolvente e desenvolver assim as suas capacidades e adquirir também novas capacidades cognitivas, sociais e culturais. É importante criar espaços nas Instituições onde as crianças/jovens com necessidades específicas tenham um tipo de intervenção diferente dos restantes. É necessário arranjar estratégias de intervenção diferentes e também recursos humanos com formação específica para saber lidar com tais problemáticas.

Assim, objetivos, funções e estratégias de intervenção são cada vez mais revistas e alteradas de acordo com as necessidades encontradas pelo nosso país. Existe cada vez mais uma grande necessidade de se criar centros especializados em determinadas áreas, pois as instituições já existentes não conseguem dar respostas às atuais problemáticas. As problemáticas são cada vez maiores e a forma como o sistema está organizado não consegue dar respostas a todas as necessidades dos jovens acolhidos. Como referido na Lei n.º 147/99, Art.º 51, n.º 1 e 2, “Os

lares de infância e juventude podem ser especializados ou ter valências especializadas”, “Os lares de infância ou juventude devem ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos”.

Na primeira parte do trabalho, é feita uma revisão da literatura e elaborado um enquadramento histórico e conceptual no âmbito do estudo, tematizando-se a definição de família e a sua importância, as crianças e jovens em risco e os fatores de risco e de proteção, bem como a institucionalização de crianças e adolescentes, em Lares de Infância e Juventude generalistas e em Lares de Infância e Juventude Especializados e quais as suas diferenças. Serão apresentadas as estratégias de intervenção, utilizadas nos lares especializados. Serão, também abordados os aspetos mais relevantes relativos à realidade dos cuidadores neste tipo de acolhimento.

A segunda parte deste trabalho incide sobre a apresentação do estudo empírico realizado, nomeadamente o método de recolha de dados e os resultados obtidos. Por último, apresenta-se a discussão dos principais resultados e a conclusão, que engloba as limitações e potencialidades do estudo desenvolvido.

CAPITULO I

1. O CONCEITO DE FAMÍLIA

A família desempenhou desde sempre o papel mais importante na sociedade, sendo esta responsável pela principal efetivação dos direitos no que diz respeito ao sistema de promoção e proteção das crianças/jovens. É um elo de ligação importante para todas as crianças e para o seu crescimento e educação, seja ela verdadeira ou de afinidade, podem ser os pais biológicos, avós, vizinhos, ou outros indivíduos. São os valores, regras e afetos que são transmitidos para as crianças que vão definir o seu comportamento ao longo da sua vida. O importante é o bem-estar físico, emocional e social de todos aqueles que constituem uma família.

O conceito de família é bastante estudado e publicado por vários autores, como Bronfenbrenner (2005, citado por Delgado, 2011), que a refere como “a estrutura mais capaz de alimentar e sustentar o funcionamento efetivo do ser humano, ao longo de toda a sua vida (e não apenas durante a infância ou juventude) nos vários domínios de atividade humana: intelectual, social, emocional e psicológica”.

É definida também como “um sistema, conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantêm o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados.” (Rodrigues, et al, 2007, citado por Rafael, 2008). Ainda segundo estes autores é considerada um conjunto de pessoas que vivem em comum sob o mesmo teto, com o mesmo sangue, aliança, linhagem, descendência e a mesma raça, “com uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos.”

Já Palácios e Rodrigo, (1998, citado por Gomes 2010, p. 55), definem família como “a união de pessoas que partilham um projeto vital de existência comum, que se pretende duradouro, no âmbito do qual se geram fortes sentimentos de pertença ao grupo, existe um compromisso pessoal entre os membros e se estabelecem relações profundas de intimidade, de reciprocidade e de dependência.”

Nas últimas décadas o conceito de família tem sido explorado por vários autores numa perspetiva muito mais vasta, pois existem já novas perspetivas familiares, novas tendências e configurações familiares que merecem uma investigação mais profunda. Os novos conceitos teóricos conduziram as novas conceções de família, novas dinâmicas, novos valores, através

de novas formas de organização familiar, tornando-se um fenómeno de carácter global e complexo. (Dias, 2000:82, citado por Dias, 2011)

Assim, famílias não são apenas aqueles grupos com os mesmos laços de sangue ou formados através de um casamento, por exemplo, são também grupos formados através da confiança, suporte mútuo e com objetivos comuns.

Para que não exista neste grupo um abalo ou uma crise significativa que se reflita no bem-estar emocional e social de todos a estrutura familiar deve ser sólida e consistente.

Existem hoje em dia várias tipologias de família de acordo com diferentes formas de organização familiar:

- Família nuclear com filhos biológicos: é o tipo de família mais comum (homem e mulher a coabitar no mesmo espaço doméstico com filhos biológicos a cargo);
- Família nuclear sem filhos biológicos – família constituída por um homem e uma mulher com ou sem filhos;
- Família monoparental – família constituída apenas por uma mãe, ou um pai, ou um tio,..., que contêm um menor a seu cargo;
- Família reconstruída (com filhos de outras uniões) – é um casal que coabita no mesmo espaço com filhos fruto de outras uniões conjugais anteriores;
- Família alargada – consiste nos parentes diretos ou colaterais existindo uma extensão de relação;
- Família adotiva – pessoa ou família que tenha adotado uma criança(s)/ jovem(s), que possam ter já filhos biológicos ou não;
- Família de acolhimento – uma pessoa ou um casal idóneo que depois de inscrito na segurança social e depois de uma grande seleção e preparação acolhe, temporariamente crianças/jovens cujos pais biológicos não tenham condições para desempenhar a suas funções socioeducativas.

(Rodrigues 2007, citado por Rafael, 2008)

Todos estes tipo de famílias existem nos dias de hoje evoluindo ao longo de todos os anos, ou seja, atualmente as suas definições foram reestruturadas e foram aparecendo novas formas de famílias ao longo dos anos. Família é considerada um grupo social ligada através de relações

interpessoais. Assim sendo, o papel da família na vida das crianças/jovens “implica um envolvimento pessoal, o dar conteúdo ao projeto educativo, desempenhando diferentes tarefas que proporcionam um ambiente familiar estimulante e seguro, promotor de um desenvolvimento harmonioso” (Gomes, 2010, p.56) e é bastante importante para o desenvolvimento cultural, social, psicológico e emocional da criança.

A socialização da criança inicia-se mesmo antes de nascerem e as primeiras transmissões de valores e modelos são transmitidos por a família. Todo o contexto envolvente à criança vai ditar o seu processo cognitivo, sensorial, motor e afetivo, sendo esta a primeira escola educacional e emocional. Todas as suas aprendizagens serviram para que no futuro a criança possa construir a sua própria identidade individual e social. “A família contribui deste modo para a sua autonomia, ou seja, para uma “autonomia de valores e responsabilidade pelas suas opções de vida.” (Sacareno, 1992, citado por Rafael, 2008)

Ou seja, todos os comportamentos que uma dita família possa transmitir ao seu filho e à sociedade vão implicar no seu desenvolvimento e na maneira como podem estar e ser recebidos em comunidade. “Assim, nas interações entre os indivíduos, é possível verificar que o comportamento de um é determinante para o comportamento de outro, numa relação de influência e reforços recíprocos.” (Gomes, 2010, p. 57)

Para Sacareno, (1992, citado por Rafael, 2008), “...há situações que advém do estilo de vida familiar, da falta de serviços de bem-estar e de uma cultura individualista que é pouco sensível à solidariedade (...) prejudicando assim os membros do agregado, principalmente as crianças e jovens.” Refere ainda que “muitas vezes as famílias delegam para o “exterior” a responsabilidade de educar estas crianças. Sem horários para refeições, escola, sem disciplina, sem cuidados básicos de higiene pessoal.”

Deste modo, a família é então uma instituição indispensável para o desenvolvimento integral das crianças/jovens que quando não conseguem desempenhar o seu papel de forma correta e chegam a pôr em risco os seus filhos, poderão sofrer um afastamento dos mesmos, ou “promover medidas de proteção para a família, procurando manter a criança no seu seio familiar, reforçando competências parentais através da identificação de fatores de risco e de fatores protetores.” (Gomes, 2010, p. 59)

Pode então, surgir a delinquência juvenil, pois as crianças/jovens sentem-se ao abandono por a sua própria família, permanecendo grande parte do tempo na rua e pondo em risco a sua própria vida e muitas vezes das pessoas que as rodeiam.

2. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITO

Ao longo dos anos esta questão tem surgido em diversas áreas de investigação e vários autores têm dúvidas sobre esta definição. A criança é considerada sujeito de direito apenas no século XIX. Muitos autores defendem que as crianças podem ser os espelhos dos adultos com quem convivem e podem assim, seguir a sua mesma incompetência; já outros defendem que as crianças têm falta de direitos; e outros que os adultos tomam as crianças como sua propriedade.

Esta situação é alterada apenas quando o Estado reconheceu que tinha o dever de intervir e proteger as crianças, se fosse necessário, especialmente quando se verificam situações de negligência que colocassem as crianças e jovens em risco/perigo.

O diploma fundamental que consagrou os direitos da criança foi a Convenção das Nações Unidas de 1989 sobre os Direitos da Criança, aprovada pela resolução de 44/25 de 20 de Novembro de 1989 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, que foi assinada e ratificada por 191 países. Portugal ratificou-a em 12 de Setembro de 1990, através da resolução da Assembleia da República 20/90 e está em vigor no nosso país desde 21 de Outubro de 1990. Através desta convenção e dos seus antecedentes, assistimos a uma grande viragem no que diz respeito aos direitos das crianças e ao reconhecimento da família como suporte afetivo, educacional e socializador essencial. É também a partir daqui que o conceito de proteção foi substituído pelo conceito de participação e o reconhecimento das crianças passou a ser semelhante aos dos adultos. (Gomes, 2010; Soares, 2002, citado por Pacheco, 2010) Assim, a criança passa a objeto a sujeito de Direito.

Atualmente proteger as criança e jovens em risco/perigo já é visto como poderes públicos, através de medidas de proteção de menores desde a sua prevenção, deteção, intervenção e reabilitação de qualquer criança que sofre de qualquer tipo de maus-tratos. No entanto para Gomes (2010: p.35) “... ainda estamos longe de esses mesmos direitos serem respeitados na íntegra”. Existem, vários tipos de medidas de intervenção a aplicar quando tal situação acontece, estabelecidas pela Estado, como por exemplo, o apoio junto de família, o acolhimento familiar, o acolhimento institucional e a adoção.

3. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A família é caracterizada pelo importante papel que tem na socialização e na educação de todas as crianças, sendo esta a “instituição social com mais forte vínculo afetivo que cada indivíduo possui na sua vida” (Pacheco, 2010). O papel da família transmite-se através de aprendizagens, educação, segurança, autonomia, autoridade e integração social. Assim sendo, a criança consegue crescer com qualidade de vida e bem-estar quando a sua família lhe consegue transmitir valores, afeto, segurança e autonomia.

No entanto, nem todas as crianças têm a sorte de conseguir crescer dentro do seu seio familiar sem correr qualquer tipo de risco ou perigo. Como nos refere Pacheco, (2010), “o perigo poderá ser, de uma forma muito simples definido como a ameaça à existência de alguém enquanto risco abarca uma dimensão mais abrangente sendo, enfim, a iminência de um perigo efetivo”.

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo de crianças/jovens com comportamentos de risco que os colocam em risco e prejudicam o seu desenvolvimento adequado a nível psicológico, físico ou social.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei 147/99), art.º 3, alínea 2, contempla alguns indicadores que traduzem o conceito de risco e perigo. Assim, a criança encontra-se em risco/perigo, quando:

- “Está abandonada ou vive entregue a si própria”;
- “Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais”;
- “Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal”;
- “É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento”;
- “Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional”;
- “Assume comportamentos ou entrega-se a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, ou representantes legais ou quem tenha a guarda de facto, se não oponha de modo adequado a remover esta situação”.

Portanto, todas as crianças e jovens encontram-se em situação de perigo/risco quando sofrem limitações privações em diferentes áreas importantes ao seu desenvolvimento íntegro, ou em situações que lhes retiram todos os cuidados básicos, quando têm comportamentos inadequados, violentos ou desajustados social e culturalmente. De acordo com Carneiro (2013) é muito importante, então,

“Conhecer a realidade dos seus cuidadores no que concerne à sua percepção sobre o ato de cuidar, às maiores dificuldades encontradas no exercício do seu trabalho com estas crianças, há possíveis necessidades de apoio psicológico, entre outros, e criam-se programas de formação a cuidadores nas instituições, e até mesmo a educadores, pais ou outras pessoas interessadas, de forma a possibilitar-lhes uma melhor compreensão do fenómeno, um maior entendimento das dificuldades inerentes, e por forma a capacitá-los com estratégias mais adequadas para lidar com os obstáculos criados e vividos por estas crianças e jovens.”

3.1. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

“Na literatura, os conceitos relacionados de risco, proteção e resiliência emergem como construtores úteis para a conceptualização do desenvolvimento de problemas sociais e de saúde, particularmente os problemas de coping das crianças e suas famílias. Quando os investigadores e os profissionais da intervenção utilizam estes termos, trazem uma nova e promissora forma de compreender os distúrbios de saúde mental e os problemas sociais, que vão desde baixos resultados escolares até violência juvenil.” (Richman & Fraser, 2011, citados por Ribeiro & Sani, 2009)

Assim, os fatores de proteção são apresentados como indispensáveis para uma boa intervenção pois, criam condições que irão modificar, melhorar e amortecer os problemas das pessoas. “Fatores de Proteção são características individuais ou condições ambientais que ajudam as crianças e jovens a resistir ou então a contrabalançar os riscos, aos quais estão expostas.” (Richman & Fraser, 2001, citados por Ribeiro & Sani, 2009: p. 403)

Garnezy, (1985, citado por Maia & Williams, 2005, p. 97), classifica os fatores de proteção em três categorias:

“Atributos disposicionais da criança – atividades, autonomia, orientação social positiva, autoestima, preferências, etc; características da família – coesão, afetividade e ausência de discórdia e negligência, etc; fontes de apoio individual ou institucional disponíveis para a criança e a família – relacionamento da criança com pares e pessoas de fora da família, suporte cultural, atendimento individual como atendimento médico ou psicológico, instituições religiosas, etc.”

Como já referi anteriormente, a família é a responsável pelos comportamentos e modos de vida que a criança interioriza ao longo do seu desenvolvimento através do processo de socialização, logo se a família transmite condutas antissociais e comportamentos parentais negativos a criança poderá adquirir normas e valores negativos no seu dia-a-dia.

Existem assim, vários fatores de proteção que podem defender os jovens de praticarem negligência: boas práticas afetivas; um bom funcionamento familiar; a existência de vínculos afetivos; o apoio parental; rede social forte; boa interação com a comunidade; boas práticas educacionais e comportamentos ditos normais na nossa sociedade, sendo que em estudos realizados o ambiente familiar positivo é a principal causa para que os jovens não adquiram comportamentos delinquentes e não saudáveis.

É também importante referir que “os amigos e a escola, também, são citados como fatores de proteção importantes no sentido de fornecer suporte emocional, e os professores podem vir a ser um modelo positivo de identificação pessoal para uma criança de risco” (Werner, 1998, citado por Maia e Williams, 2005, p. 98).

Para Carneiro, (2013),

“O conceito de fatores protetores poderá revelar-se muito importante na criação de programas de intervenção e de programas de formação a cuidadores e à comunidade, na medida em que estes compreenderão melhor a importância de potenciar os fatores de proteção das crianças e jovens em risco, de modo a contribuírem para o desenvolvimento de processos resilientes na formação dos indivíduos.”

Por outro lado e segundo Ribeiro e Sani (2009: p. 402) citado por Richman e Fraser (2001), definem risco como “presença de um ou mais fatores ou influencias que aumentam a probabilidade de um resultado negativo para uma criança ou jovem.” De acordo com as mesmas autoras os fatores de risco podem ser de origem genética ou biológica, ecológica ou biossocial, podem também apresentar características individuais ou do próprio meio. Estes fatores podem aumentar as probabilidades de um jovem se vir a tornar violento no entanto, não se pode considerar uma causa direta da violência na infância e juventude.

Segundo Barnett, (1997, citado por Maia e Williams, 2005), “nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos ao curso da vida da criança.” Isto é, qualquer que seja a mudança no ambiente normal, stresse elevado, qualquer tipo de mau-trato ou comportamentos desviantes, podem causar variados distúrbios

físicos e mentais na criança. Quando existe qualquer tipo de abuso ou negligência causa na criança muitos distúrbios nos domínios de desenvolvimento como a linguagem, cognição, desempenho académico e no domínio sócio emocional.

Vários autores referem que as causas mais significativas que estão ligadas aos fatores de risco são: pais portadores de deficiência, baixa escolaridade, famílias numerosas, ausência de um dos pais, depressão materna, abuso de drogas e álcool, entre muitos outros.

No que diz respeito à resiliência e segundo Carneiro, (2013), “o conceito de resiliência refere-se à maior capacidade que certos indivíduos apresentam em resistirem saudavelmente à adversidade, à privação e ao stress relativamente a outros indivíduos do seu meio.” Ou seja, todas as crianças/jovens criados em ambientes desajustados (violência doméstica, drogas, entre outros) podem conseguir tornar-se pessoas saudáveis e exemplares integrantes numa sociedade correta e estruturada. Todos podem ter capacidades intelectuais, uma boa autoestima, podem conseguir encarar a sua vida de forma positiva, através de um temperamento fácil e com alguma facilidade em relacionar-se com outras pessoas e com uma forma otimista de ver as coisas à sua volta, características, estas que definem pessoas resilientes.

Gomide (2003, citado por Maia e Williams, 2005, p. 96) descreveu várias estratégias educativas que os pais podem exercer sobre os seus filhos e interferir assim com o desenvolvimento e nos comportamentos destes: negligência – ausência de atenção e afecto; abuso físico e psicológico – disciplina por meio de práticas corporais negativas, ameaça ou chantagem de abandono ou humilhação do filho; disciplina relaxada – relaxamento de regras estabelecidas; punição inconsciente – pais que se orientam pelo seu humor para punir ou reforçar e não pelo ato praticado; monitoria negativa – excesso de instruções independente de seu cumprimento, o que gera um ambiente de convivência hostil.

Assim, todas as crianças que crescem num ambiente com padrões de vida desviantes e onde estão presentes fatores de risco como os referidos anteriormente terão, certamente, um crescimento fora das normas da sociedade e podem, precocemente adquirir comportamentos agressivos, podem ficar dependentes de drogas e álcool, abandono escolar, comportamentos antissociais, conflitos familiares, desorganização psicológica, emocional e social, entre muitos outros.

É muito importante que todos os profissionais ligados às crianças e suas famílias tenham conhecimento do que são fatores de risco e fatores de proteção para poderem atuar, de certa forma, junto da criança e sua família. Se verificarem que existem fatores de risco têm que definir modos de intervenção que modifiquem esses fatores para o desenvolvimento favorável daquela criança e para o seu bem-estar físico, emocional, psicológico e social.

Portanto, a intervenção que tenha em conta fatores de proteção poderá minimizar os problemas das famílias e crianças e jovens em risco.

3.2. A LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

Durante vários anos foi evoluindo o conceito de criança e no século XX surgem então, as principais leis relativas às crianças como sujeitos de Direitos e às suas famílias. Assim no ano de 1911 é publicada a Lei de Proteção à Infância; em 1919 é criado um órgão coordenador das ações tutelares sobre as crianças que adquire, em 1926, competências de definição e intervenção nas situações de perigo moral das crianças. Em 1979, através do Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto, é criado o Instituto do acolhimento familiar e, em 1986, são regulamentados os Lares de Acolhimento através do Decreto-Lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro. A evolução mais significativa foi em 1990, altura em que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é alterada. Esta convenção trouxe um conjunto de alterações no que diz respeito às crianças, sublinhando-se a mais importante a substituição do conceito de proteção pelo de participação e o reconhecimento às crianças dos Direitos semelhantes aos adultos (Gomes, 2010; Soares, 2002, citado por Pacheco, 2010).

Ainda na Década de 90 no século XX, é criada, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco em 1998 (decreto-lei n.º 98/98, de 18 de Abril), e é publicado o decreto-lei n.º 2/98, de 2 de Janeiro que regulamenta o funcionamento dos Lares de Crianças e Jovens.

No ano de 1999 surge a Lei tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), regulamentada em 2000, pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro.

Em 2003, através da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto procede-se à alteração ao Código Civil, à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, ao Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, à Organização Tutelar de Menores e ao Regime Jurídico da adoção, que no art.º 1974.º nos

define que “A adoção visa realizar o superior interesse da criança e será decretada quando apresente reais vantagens para o adotando, se funde em motivos legítimos, não envolva o sacrifício injusto para os outros filhos do adotante e seja razoável supor que entre o adotante e o adotando se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação.”

Em 2008, são regulamentadas as medidas de promoção e proteção que constam na lei n.º 147/99, acolhimento familiar para crianças e jovens, apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida (decretos-lei n.º 11/2008 e 12/2008).

Assim sendo, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto) fundamenta toda a intervenção nos processos de promoção e proteção de crianças, nomeadamente a intervenção dos Lares de Infância e Juventude.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 147/99 de 1 de Setembro em complementaridade com a Lei Tutelar Educativa 166/99 de 17 de Setembro, veio estabelecer um novo quadro normativo no que se refere à proteção das crianças e jovens em perigo, criando um novo enquadramento legal no que respeita às diversas possibilidades de medidas de acolhimento residencial. Ao mesmo tempo são também criadas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no intuito de operacionalizarem no terreno os princípios e orientações da Lei.

É uma Lei bem constituída e bem formalizada no que diz respeito a medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, no entanto, hoje em dia ainda se lamenta facto de o acolhimento institucional em Lares de Infância e Juventude ainda não estar regulamentado na Lei.

O principal objetivo desta Lei é conseguir com que toda a comunidade (Escolas, Centros de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc.) tenha uma participação ativa, através das Comissões e Proteções de Crianças e Jovens, na promoção e proteção dos direitos de todos os menores em perigo. “Pretende salvaguardar os direitos das crianças e dos jovens, cujos pais ou responsáveis comprometem a sua saúde, o seu desenvolvimento e educação, ou não são capazes de os proteger face aos perigos colocados por terceiros, ou pelas próprias crianças ou jovens, afastando esse mesmo perigo.” (Gomes, 2010, P. 36)

Como referido no artigo 1.º, esta lei “tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.”

O seu artigo 4º mostra-nos todos os seus princípios fundamentais de intervenção que passam por considerar o superior interesse da criança, a privacidade, a intervenção precoce, a intervenção mínima, da proporcionalidade e atualidade, a responsabilidade perenal, prevalência da família, obrigatoriedade da informação, participação da criança, e finalmente a subsidiariedade.

Segundo a Lei, a criança encontra-se em perigo (art.º 3, n.º 2 da LPCJP): quando está abandonada, ou vive entregue a si própria; quando sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais; quando não percebe os cuidados ou o afeto adequados à sua idade e situação pessoal; quando é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos, ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, ou prejudiciais à sua formação ou personalidade; quando está sujeita a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional; quando assume comportamentos, ou se entrega a atividades e consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação e educação, sem que os pais, ou representantes legais ou quem tenha a sua guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

Os responsáveis pela promoção e proteção das Crianças e Jovens são as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e os Tribunais, se por algum motivo os pais dessas crianças/jovens não derem consentimento de intervenção às Comissões.

Também vem descrito na Lei quais as medidas possíveis a executar em meio natural de vida, que se traduzem através de: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida e medidas de colocação: acolhimento familiar; acolhimento em instituição; e confiança a instituição com vista a futura adoção.

No artigo 38.º refere que a aplicação de alguma destas medidas é da competência exclusiva dos Tribunais e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e têm como finalidade afastar o perigo; proporcionar as condições que permitam proteger e promover a sua segurança; saúde; formação; educação; bem-estar e desenvolvimento integral e ainda garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Todo este processo judicial de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo é visto como última instância para salvaguardar os menores do perigo iminente que pode pôr em causa o seu desenvolvimento.

CAPITULO II

2. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No nosso país, o acolhimento institucional nasceu através da caridade e da Igreja, no entanto, a partir do séc. XVI, de forma mais organizada, nasceram os hospitais, albergues ou similares e eram da responsabilidade de autoridades municipais. Este tipo de intervenção veio dar resposta às famílias que não se mostravam capazes de dar o devido apoio aos seus filhos, que naquela época eram essencialmente em classes baixas.

A partir da década de quarenta são visíveis as mudanças no tecido social europeu, através de vários estudos apresentados, que descreviam os efeitos nefastos deste tipo de intervenção. Ou seja, naquela altura o acolhimento era uma intervenção rápida e barata de se resolver os problemas, e como (Carneiro, 2013) refere:

“Apresentavam denominadores comuns, tais como: a escassez das relações estruturadas adulto/criança, devido ao confinamento espacial a que as crianças estavam entregues; a falta de brinquedos e de objetos suscetíveis de serem manipulados, o que diminuía a estimulação destas crianças; uma alimentação pobre, condições de higiene mínimas e cuidados de saúde deficientes; e frequentes situações de abuso (castigos) verbal e físico, bem como a imposição de tarefas pesadas.”

Assim, verificou-se que os problemas tinham tendência a aumentar e não a diminuir, e os resultados de desenvolvimento das crianças/jovens eram nulos, a nível afetivo, intelectual, linguístico, motor, social e comportamental. Durante alguns anos o acolhimento institucional foi considerado um recurso perigoso e com graves consequências para aqueles por que lá passavam, sendo até procurado algumas estratégias alternativas à institucionalização.

Nos anos 80, modificaram-se algumas perspetivas sobre o acolhimento a menores, pois iniciaram estudos sobre o tipo de crianças e suas características que eram institucionalizadas. As instituições recebiam inúmeras crianças que normalmente prevaleciam até à idade adulta, onde procuravam satisfazer durante esse tempo, todas as suas necessidades básicas. Assim, verificava-se escassas estratégias de desenvolvimento, deixando para trás áreas como competências cognitivas, sócia afetivas e autonomia. “Sinteticamente, pode dizer-se que as crianças aqui acolhidas manifestavam problemas de crescimento físico, ao nível do funcionamento cognitivo, linguístico e do desenvolvimento e funcionamento psicossocial” (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000, citados por Martins, 2005).

Houve, então necessidade de modificar todo este tipo de intervenção, que ao longo dos anos tem evoluído significativamente e tem funcionado bem no nosso país.

Assim, a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, artigo 49º, define

“O acolhimento em instituição na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

No mesmo artigo, subsecção II, mostra-nos que existem três níveis de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situação de risco/perigo no sistema nacional, que estão definidos de acordo com as principais necessidades das crianças/jovens: acolhimento de emergência, que se destina a crianças e jovens em situação de perigo iminente e que não podem permanecer junto de sua família, por um período de tempo que não ultrapasse as 48h. Normalmente, estas vagas estão em algumas Instituições que reservam certos lugares apenas para estes casos.

Logo de seguida temos o Acolhimento de curta duração, que contempla o acolhimento de crianças e jovens em perigo num período máximo de 6 meses e para o qual tecnicamente se diagnosticou a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem, medida esta executada em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) ou em Famílias de Acolhimento. Segundo Fernandes e Silva, (1996, citados por Pires 2011),

“os principais objetivos desta resposta social são: proporcionar alojamento temporário, assegurar satisfação das suas necessidades básicas, mas também possibilitar apoio socioeducativo de acordo com a sua idade e as suas características; garantir a intervenção junto da família de origem; elaborar diagnóstico individual de cada um(a) e definir projetos de vida mais adequados, de forma a possibilitar a inserção no seio familiar e social ou encaminhamento mais adequado.”

Por último, temos o Acolhimento de longa duração, superior a 6 meses, que se destina a crianças e jovens, dos 0 aos 18 anos, em situação de perigo, desprovidas de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento prolongado ou definitivo em relação às famílias de origem, em LIJ's. Os principais objetivos desta resposta social são assegurar o alojamento; satisfazer necessidades básicas, fornecendo condições o tão aproximadas quanto possível a uma estrutura familiar, mas também fornecer meios que contribuam para o seu desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social em cooperação com a comunidade, escola e família (Pires, 2011).

Estes Lares podem ter valências especializadas, de acordo com os modelos educativos mais adequados às crianças e jovens neles acolhidos. Como nos diz o artigo 53º da LPCJP “as instituições de acolhimento funcionam em regime aberto e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada, e a integração na comunidade”. Acerca do Regime Aberto, esclarece-se que este implica “...a livre entrada e saída da criança e do Jovem da Instituição, de acordo com as normais gerais de funcionamento, tendo apenas como limites os resultantes das suas necessidades educativas e da proteção dos seus direitos e interesses”.

Todas estas respostas podem ser utilizadas por qualquer criança ou jovem em perigo e são destinadas de acordo com as necessidades específicas de cada um, bem como o tipo de intervenção que se pretende levar a cabo. No entanto, é importante referir que a resposta de acolhimento institucional de longa duração deve ser encarada como a última hipótese de intervenção, ou seja, será um recurso utilizado já depois de esgotadas todas as outras possibilidades de intervenção de trabalho social com a família de origem e com a própria criança ou jovem.

O essencial nestas Instituições é a importância de proporcionar à criança/jovem um desenvolvimento integral de acordo com as suas necessidades e especificidades e assim, consigam autonomia de acordo com as suas competências, e se possam tornar membros ativos e participativos da comunidade. “A análise de cada situação será feita com base na especificidade e particularidades próprias da criança, as suas características pessoais, grau de desenvolvimento, antecedentes religiosos, étnicos, culturais, meio familiar e social, historial médico e eventuais necessidades especiais.” (Gomes, 2010).

Na entrada das crianças/jovens em instituições devemos ter sempre em conta o motivo da sua institucionalização, a situação em que se encontra a criança/jovem a nível emocional aquando o seu acolhimento, situação familiar, a situação relacional e social e o seu nível de desenvolvimento. Assim sendo, a institucionalização “deve ser entendida não apenas como o suprimento estrito de uma falha ao nível do contexto parental, mas como oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança como para a família” (Martins, 2005).

No entanto, ainda existem autores que se referem à Institucionalização de forma negativa, como Alberto, (2002, citado por Martins, 2005), afirma que “...pelos suas características, qualquer institucionalização pode comportar consequências negativas a diversos níveis,

sobretudo pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições depreciativas e de auto desvalorização que pode motivar.”

Para que toda a intervenção em instituição seja elaborada de forma positiva, existem recursos no seu meio envolvente que conseguem manter o funcionamento das Instituições, essencialmente através de recursos da comunidade e recursos humanos.

Assim sendo, no que diz respeito aos recursos humanos existe uma equipa multidisciplinar, que normalmente é composta por psicólogos, assistentes sociais, educadores, ou outros profissionais, deve realizar um estudo em todos os casos e delinear um projeto de intervenção envolvendo a criança ou jovem, sempre tendo em conta o grau de desenvolvimento do mesmo e a sua família ou adultos que tenham contacto direto com a criança ou jovem. O sucesso da intervenção pode estar por detrás do modo como a Instituição está organizada, por trás dos laços afetivos que podem criar dentro da Instituição, da maneira como os profissionais conseguem mediar o contacto pais-filho(a) e a proximidade dos mesmos, através das suas regras e limites, as diversas ofertas de serviços internos e externos que promovam o desenvolvimento integral de todas as crianças/jovens; e por fim através dos sentimentos de pertença que formam em grupo entre pares e adultos e a própria interiorização de valores e padrões de conduta grupais (Martins, 2005).

Apesar de existirem várias possibilidades de intervenção antes do acolhimento institucional prolongado, em Portugal esta medida acaba por ser a mais procurada e utilizada (Carvalho & Manita, 2010, citados por Pacheco, 2010). Cada vez mais existe vontade de trabalhar intensivamente a família com o intuito de abandonar a estratégia de acolhimento prolongado, com vista a salvaguardar o direito fundamental da criança de crescer e se desenvolver em uma família.

Todas as decisões que possam ser tomadas em instituição têm que ter sempre em conta o interesse superior da criança ou jovem, e devem ser sempre de acordo com os procedimentos judiciais ou administrativos.

É importante referir também que as mudanças constantes que podem existir na vida de uma criança/jovem podem prejudicar o desenvolvimento destes, bem como a capacidade de formar vínculos com os seus cuidadores. No entanto, se não houver um risco grande para a criança/jovem e se não houver alguma decisão do Tribunal deve-se sempre, mesmo quando estão institucionalizados manter o contacto e privilegiar a relação com a sua família, devendo

ser sempre devidamente acompanhado e supervisionado por técnicos capacitados para isso, como Assistentes Sociais.

O planejamento da intervenção numa instituição deve ter sempre em conta alguns aspectos como o nível de vinculação da criança à família de origem; a capacidade da família de origem para proteger a criança/jovem; a necessidade ou o desejo de a criança fazer parte de uma família; a conveniência da permanência da criança/jovem na sua comunidade e no seu país; os seus antecedentes culturais, linguísticos e religiosos; a sua relação com os irmãos, com visto a evitar a separação (Gomes 2010, p. 109).

Como podemos verificar o Acolhimento Institucional tem como objetivo apoiar as crianças/jovens que se encontram numa situação de perigo. Assim, as instituições têm como principal dever satisfazer as principais necessidades de cada criança ou jovem, tendo sempre em atenção as especificidades de cada um.

As equipas multidisciplinares devem acompanhar de perto cada caso, cada jovem e suas famílias e preparar ambas para um possível regresso ao seio familiar. Este acolhimento deve ter sempre como finalidade a intervenção terapêutica e reparadora, para que as crianças/jovens consigam ultrapassar as experiências dramáticas pelo qual passaram e que conduziram à separação da família. Também deve melhorar as competências pessoais, sociais e de comportamento de todos.

No sistema de proteção esta medida pode ser considerada uma mais-valia para as crianças/jovens desde que bem concretizada e tendo em conta as situações em que cada um se encontrava. Assim, esta medida espera-se capaz de promover o desenvolvimento integral e promotor de autonomia para as crianças/jovens.

2.1 . OS LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Como foi descrito anteriormente os Lares de Infância e Juventude constituem uma das modalidades de acolhimento institucional previstas na Lei 147/99, de 1 de Setembro. Têm como função acolher crianças e jovens com tempo superior a 6 meses (n.º 4 do artº 50º, Lei 147/99).

Como principal objetivo desta intervenção deve estar a resposta individualizada a cada criança e jovem, dependendo das suas próprias necessidades. A intervenção deve ser centrada na criança/jovem e deve promover um desenvolvimento integral equilibrado e fomentar a sua inserção na comunidade. Normalmente é um trabalho complexo e difícil, pois cada um trás

consigo um percurso de vida marcado, sofrido e sem relações afetivas, familiar, escolar, sociais e comunitárias. Visto isto, é essencial que a intervenção seja bem delineada, com um certo nível de profissionalismo para que se consiga responder a todas as necessidades individuais de cada criança/jovem.

Em Portugal é cada vez maior a preocupação de vários atores investigar e estudar este tipo de intervenção e acolhimento, e a evolução dos projetos de vida das crianças/jovens que vivem nestes modos.

Os LIJ's existem na sociedade, de uma forma organizada e assim, têm um carácter universal, indispensável, importante para a comunidade.

Para Pité, (1997, citado por Santos, 2010), “A presença das Instituições em Sociedade manifesta-se por forma de comportamentos e de pensamentos sociais ou coletivos, herdados do passado e resultantes do constrangimento a que os indivíduos estão sujeitos quando inseridos numa sociedade historicamente determinada”. Já König, (1971, citado por Santos 2010) refere que as Instituições têm como finalidade “...assegurar a objetividade da vida em sociedade, em oposição às motivações individuais”. Assim, as instituições existem e são vistas como indispensáveis para toda a sociedade de forma organizada e com um controlo social, que contempla um conjunto de normas e valores, ideologias, que se traduzem no desenvolvimento de um indivíduo que necessite de apoio para o seu desenvolvimento integral.

Com o passar dos anos tem havido uma grande necessidade de reestruturação na forma como as Instituições estão organizadas, de forma a dar respostas a todas e variadas problemáticas existentes em cada jovem. Objetivos, funções e estratégias de intervenção são cada vez mais revistas e alteradas de acordo com as principais necessidades encontradas nas crianças/jovens pelo nosso país. Assim, existe cada vez mais uma grande necessidade de se criar centros especializados em certas áreas, pois as instituições já existentes não conseguem dar respostas às atuais problemáticas. As problemáticas são cada vez maiores e a forma como o sistema está organizado não consegue dar respostas a todas as necessidades dos jovens acolhidos.

De acordo com a LPCJP (Lei nº. 147/99, alterada pela Lei nº. 31/2003, de 22 de Agosto), as Instituições de acolhimento, deverão dispor de condições para garantir os cuidados adequados às necessidades das crianças e jovens e proporcionar-lhes educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Isto é, “a sua intervenção deve ser especializada e a forma como se

organizam deve ter como objetivo modelos educativos adequados às crianças e jovens que são acolhidos, promovendo uma relação afetiva de tipo familiar, uma vida diária personalizada e a sua integração na comunidade” (Santos, 2010). Normalmente são instituições em regime aberto e que permitem a entrada e saídas das pessoas, como os seus familiares, sem que interfiram no funcionamento geral das casas em questão.

Todas as instituições têm uma Equipa Técnica que é obrigatoriamente multidisciplinar, com profissionais na área da Psicologia, Serviço Social e Educação, que tem como objetivo algumas funções de intervenção como avaliação das crianças e suas famílias, criação de um projeto de intervenção, promoção e proteção individual e elaborar um projeto de vida para cada criança. Este trabalho é realizado, não apenas internamente, mas com certeza em articulação com outros técnicos de outras entidades (hospitais, tribunais, CPCJ, entre outras) que também possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança/jovem (Martins, 2005). Os pais devem ser sempre informados, bem como as crianças/jovens de todas as decisões dos técnicos e devem também saber muito bem todos os seus direitos e deveres. “A preparação, aplicação e avaliação do plano de intervenção devem ser feitos, até onde for possível, com a participação dos pais ou adultos cuidadores que tenham a guarda da criança, a fim de conhecerem as necessidades, convicções e desejos da mesma.” (Gomes, 2010, p. 303) A criança/jovem deve também ter conhecimento de todo o seu processo e participar em decisões dependendo da sua idade ou capacidade cognitiva e psíquica. As instituições de acolhimento devem também adaptar-se e se necessário alterar algumas regras ou atividades de acordo com o tipo de criança/jovem que receber e de acordo com a sua problemática.

Como qualquer tipo de intervenção em Portugal, o acolhimento institucional também apresenta alguns constrangimentos/potencialidades que podem ser distinguidos e que podem interferir no seu papel social e assim, enfrentar alguns desafios difíceis de ultrapassar. Existem vários estudos ao longo de todos os anos que nos mostram o fraco sucesso em termos de intervenção das Instituições por vários motivos como por exemplo, os maus-tratos e a violação dos direitos das crianças e jovens; o número elevado de crianças/jovens institucionalizados no mesmo lar; a falta de uma elaboração e planeamento de atividades; pouco apoio afetivo; pouco apoio social, entre outras coisas. Alberto, (2002, citado por Santos, 2010), refere que

“pelas características inerentes a qualquer institucionalização, as consequências desta são negativas em diversos domínios e comporta riscos objetivos e reais no

desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos: a vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente às famílias, a desvalorização da autoestima, a regulamentação excessiva da vida quotidiana, que pode ser invasora da própria individualidade, a influência que a vida em grupo pode exceder na organização da intimidade, o impacto que a organização institucional e a permanência prolongada podem exercer ao nível da construção da autonomia pessoal e do projeto de vida, o bloqueio na construção de vínculos e expressão de afetos”.

No desenvolvimento de investigações ao longo dos anos, aparecem aspetos positivos e negativos no que diz respeito à Institucionalização, já que os efeitos e resultados não são iguais em todas as crianças/jovens. É assim, necessário repensar se as instituições são agentes de promoção e proteção para algumas crianças/jovens e para outros podem ser espaços de risco.

Assim, e de acordo com Pedora e colaboradores (2006, citados por Santos, 2010), é muito importante encontrar alguns fatores que influenciam a experiência individual de cada criança/jovem em contexto institucional e que podem ter implicações no seu desenvolvimento e tipo de intervenção:

- Características individuais: cada jovem traz consigo as suas características muito próprias (idade, raça, género, experiências anteriores) e individuais que são formadas através de valores transmitidos por a sua família, a sua história e que podem ter interferência na sua experiência institucional.
- Condições da família de origem: todas as crianças/jovens são educados, cada um à sua maneira pelas suas famílias. Interiorizam valores dos seus familiares diretos e os seus comportamentos, são normalmente o espelho do que viveram. Assim, a negligência, maus-tratos físicos e psicológicos, abusos, são grandes fatores de risco que provocam efeitos negativos para o futuro das crianças/jovens. Também o álcool, drogas e a doença mental dos progenitores podem interferir no desenvolvimento da criança/jovem e nos seus comportamentos. A situação económica das famílias é outro fator de risco para o desenvolvimento das crianças/jovens. Por último, e apesar de muitas vezes as crianças/jovens serem gravemente negligenciadas por a sua família, a separação destas crianças/jovens de sua família/mãe também podem alterar os seus comportamentos.
- Caraterísticas dos serviços: o tipo de resposta, as próprias características da instituição, a duração do acolhimento, a idade de saída, a qualidade dos contextos pós-

institucionais constituem outros fatores significativos ao desenvolvimento, bem-estar e sucesso das crianças/jovens institucionalizados.

- Serviços de acompanhamento pós-institucionalização: este tema tem sido alvo de várias investigações ao longo dos anos, já que o futuro destas crianças/jovens tendem a enfrentar vários problemas e dificuldades quando saem da instituição. A preparação da saída destes jovens da instituição tem ainda que ser muito bem planeada e preparada com alguma antecipação, através de programas de formação específicos que promovam algumas competências para uma vida independente dos jovens. É importante incentivá-los a continuarem os estudos para uma aquisição de um diploma de formação superior; identificação e tratamento de problemas ao nível da saúde mental dos alunos para que possam ter um maior desempenho escolar; evitar alterações escolares ou institucionais, para manter a maior estabilidade possível; disponibilizar recursos assim que deixam a instituição; São também recomendados o desenvolvimento de programas que utilizem os recursos da comunidade direcionados para apoiar os jovens na obtenção de emprego, de habitação, de suporte afetivo, competências pessoais, sociais, domésticas, financeiras, etc.

Todos os fatores referidos anteriormente têm de ser levados em conta e são muito importantes para a institucionalização e desenvolvimento das crianças/jovens e o seu sucesso de intervenção. Para Maclean, (2003, citado por Santos, 2010), “os efeitos negativos da institucionalização são tanto maiores quanto mais associados estiverem os fatores de risco existentes no ambiente pós-institucional da criança e do jovem, podendo estes ser minimizados, de acordo com o tipo de intervenção que for desenvolvido na instituição e com o ambiente estimulante e sustentado que lhe for oferecido”. Isto quer dizer que o tipo de serviços prestados e a qualidade dos mesmos pode ajudar muito no sucesso de intervenção sobre as crianças/jovens acolhidos.

Assim, a institucionalização abrange aspetos positivos mas também negativos, que podem interferir na qualidade e no tipo de intervenção nas instituições e no desenvolvimento das crianças e jovens.

2.2. OS LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE ESPECIALIZADOS

Como referido na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Art.º 51, n.º 1 e 2, “Os lares de infância e juventude podem ser especializados ou ter valências especializadas”, “Os lares de infância ou

juventude devem ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos”.

Cada vez mais no nosso país se sente uma grande necessidade de separar crianças/jovens com problemas de comportamento ou saúde mental das restantes crianças/jovens, pois podem destabilizar e interferir no desenvolvimento de ambas. Assim, é importante encontrar respostas adequadas para este tipo de população, ou seja a especialização de intervenção em saúde mental, comportamentos desviantes e consumo de produtos tóxicos. Estes tipos de problemáticas levam a que a criança/jovem necessite de proteção, num espaço que lhe consiga transmitir segurança e estabilidade e que todos os adultos que o rodeiam consigam mostrar que o compreendem e assim, arranjar maneiras de intervenção para promoção de competências e mudanças internas. São todos jovens com experiências antigas marcadas por longos períodos de maus tratos, negligência e abuso, logo com grandes dificuldades emocionais.

Surge então a resposta social dos LIJE que, segundo o Instituto de Segurança Social, têm como principal objetivo “cuidar das necessidades de jovens com problemas de comportamento/saúde mental e/ou que se entregam a atividades que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, promovendo a definição dos seus projetos de vida.” Todas estas instituições que acolhem crianças/jovens definem-se como “estruturas sociais que têm como objetivo o acolhimento de crianças e jovens, tendo como princípio genérico o proporcionar de estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às da famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade, através do fortalecimento de laços afetivos e emocionais (com os técnicos, pares, com as famílias de origem e com a comunidade envolvente) ” (Palmeiro, 2012).

São Instituições que acolhem crianças/jovens dos 12 aos 18 anos e existem para ambos os géneros. Estas crianças/jovens no seu percurso de vida sofreram grandes privações emocionais e sociais, o que as levou a adotarem comportamentos próprios de perigo para eles e para os outros. Todas as experiências passadas de maus-tratos, negligência, abandono deixaram marcas profundas em todos de sofrimento e desconfiança em relação ao presente e ao futuro. Quebram regras básicas, e normas sociais repetitivamente, e assumem comportamentos de grande risco.

Assim, os principais critérios de admissão, de acordo com o Instituto de Segurança Social (s.d.) são: os comportamentos agressivos que ameaça, persegue, atormenta ou causa sofrimento às outras pessoas, pares e adultos; incitação frequente a lutas corporais; submissão de alguém – adultos ou pares- a atividade sexual forçada; uso de crueldade com pessoas ou com animais, ferindo-as fisicamente; comportamentos agressivos que causem prejuízo ou destruição de propriedade; jovens com comportamentos aditivos; jovens com dificuldades em estabelecer relações; variadas oscilações de humor; fraca tolerância à frustração; tendência à impulsividade; isolamento ou ausência de comunicação verbal; curtos períodos de atenção; entre outros.

A intervenção terapêutica desenvolvida nestes lares é muito complexa e não apenas centrada num modelo. Esta terapia está “focalizada na solução e inclui terapia cognitiva comportamental e sistémica, *coaching*, treino de adaptabilidades sociocultural, treino de competências recreativas e de parentalidade positiva, assertividade, autocontrolo, competências de comunicação e promoção de dinâmica familiar, ajustadas às necessidades da criança.” (Gomes, 2010, p. 252-253) Toda a intervenção deve conseguir satisfazer as principais necessidades de todos os jovens, individualmente. Preconiza-se uma intervenção centrada na construção de competências e no crescimento pessoal visto como uma progressiva integração das experiências/sentimentos/pensamentos, isto é, temos que ter capacidade de desenvolver com o jovem um caminho “direito” com comportamentos adequados, através de estratégias definidas e rígidas.

Segundo Vilares, (2009 citado por Pires, 2011), “são identificados seis processos – chave para o processo da Institucionalização como: Admissão/Acolhimento; Avaliação Diagnóstica; Plano Socioeducativo Individual (PSEI); Organização e Gestão de Atividades – Projeto Educativo; cuidados especiais e nutrição e alimentação.”

Na fase do acolhimento os jovens tendem a passar por uma fase de grande destabilização através de sentimentos de ansiedade, hipervigilância, recordações de acontecimentos dramáticos e agressividade, o que numa primeira fase é importante conseguirmos passar para o jovem um sentimento de segurança para conter os sentimentos do mesmo. Assim, devemos proporcionar ao menor um acompanhamento muito próximo durante as primeiras 48h, apenas realizado por adultos que deverão ser a sua figura de referência (Técnico gestor de caso e Educador tutor), que possa demonstra segurança e confiança. O jovem vai estar durante a fase de acolhimento num quarto destinado para tal, que lhe consiga transmitir segurança. São

realizadas todas as devidas explicações, desde o motivo do seu acolhimento, até às regras, horários e objetivos da casa. As refeições devem ser realizadas ali mesmo e sempre acompanhado de forma calma e serena. O adulto tem que transmitir calma e segurança ao jovem que o deixem tranquilizado. Durante essas 48h é dado a conhecer o meio físico da instituição e todos os adultos que vão participar da sua intervenção. São realizadas algumas atividades para conhecimento dos seus principais interesses e gostos, receios e recusas. Depois de integração no grupo é feita a sua inscrição no Centro de saúde e são realizados todos os exames necessários para ver o estado de saúde do jovem.

É também importante nesta primeira fase identificar todas as suas figuras de referência (familiares ou outros), e estabelecer contactos (se forem adequados) de forma a participarem também no modelo de intervenção.

Os jovens devem então ser envolvidos no dia-a-dia dos Lares, nas regras, participar também da sua avaliação e dar opiniões de funcionamento da Instituição, ou seja, estes jovens devem sentir-se envolvidos no seu percurso para que consigam no futuro ter comportamentos por eles pensados e não aqueles comportamentos que os prejudicava no seu desenvolvimento.

Todos os comportamentos desadequados apresentados por estes jovens são, no fundo, devido ao seu mal-estar interior causado pelo seu passado e por necessidades não satisfeitas. Têm necessidade de atenção, vinculação, suporte familiar, afeto, comunicação e uma baixa resistência à frustração. O cuidador deve estar sempre atento aos seus comportamentos e deve ter capacidade de leitura para perceber o porquê daquele comportamento e saber assim, ouvir o jovem e saber aceitá-los.

A relação que se tem com estes jovens deve ser bastante afetiva, sentimento este que os jovens não devem ter conhecido anteriormente à sua institucionalização e ao mesmo tempo conseguirmos dar apoio na alteração dos seus comportamentos. No entender de Pinhel e colaboradores, (2009, citado por Pires, 2011), a vinculação afetiva dos cuidadores com as crianças/jovens “são fundamentais para a saúde mental da criança, já que encontra as suas bases na qualidade dos cuidados parentais recebidos nos primeiros anos de vida, sendo estes primordiais para o desenvolvimento futuro.” Todos os profissionais neste tipo de acolhimento terão um papel parental, com bastante disponibilidade, que no fundo “procuram evitar a fragmentação e a sucessão de ruturas relacionais dos miúdos, estes adultos suspendem a possibilidade e defendem-se do investimento afetivo da criança, tão necessário à

sobrevivência psíquica e ao seu desenvolvimento. Oferecem-se como modelos de referência asséticos, que se pretendem profissionalmente envolvidos e pessoalmente descomprometidos.” (Martins, 2001, citado por Martins, 2005).

O apoio às famílias é sempre realizado tendo em vista a reintegração familiar do jovem. O objetivo aqui, não é apenas trabalhar o jovem, mas também trabalhar a sua família através das suas principais necessidades e dificuldades. No momento do acolhimento a tensão deve surgir tanto para os jovens como para os seus familiares, e a equipa técnica tem aqui um papel fundamental para promover alguma tranquilidade e serenidade. Este dia e o tipo de contacto que é estabelecido entre equipa e familiares pode ser fundamental e determinante. O apoio da equipa técnica é aqui indispensável para se ganhar a confiança através de telefonemas e se possível, visitas e assim, motivar os familiares a envolver-se nesta intervenção, ensinando “melhores competências parentais para que, tão rápido quanto possível, possam receber os seus filhos em casa, prestando-lhes apoio de que necessitam para se desenvolver saudável e harmoniosamente.” (Gomes, 2010, p. 106). Este trabalho com as famílias é sempre elaborado tendo em conta o projeto de vida definido para cada jovem.

Desistir destes jovens não é possível neste tipo de intervenção, mas sim elaborar estratégias de intervenção e modificá-las cada vez que for necessário. O tipo de relações privilegiadas nesta intervenção apresentam-se através de vinculações seguras entre cuidadores e jovens que consigam transmitir modelos adequados e saudáveis, que possam contribuir como referências para os jovens e que consigam mostrar aos jovens o modo como se vive em sociedade. O objetivo dos cuidadores é então, dar apoio e ter disponibilidade para conseguir, através de estratégias de intervenção, organizar o jovem interiormente e assim, autonomizá-lo para a sua vida futura.

Neste sentido, todas as crianças/jovens devem elaborar “o livro da vida”, em conjunto com os educadores de referência e técnicos, que constitui um meio fundamental para o desenvolvimento da identidade própria, permitindo à criança e ao jovem entender e aceitar a sua história, bem como proceder à conseqüente organização mental da mesma, em função das suas limitações e capacidades, e num contexto descontraído, lúdico e apelativo (Gomes, 2010, p. 96 e 97). Podemos então perceber que os adultos que possam ser cuidadores destes jovens em LIJE’s têm de ter formação para conseguirem alcançar todos estes objetivos. Têm que ser sensíveis e conseguirem transmitir valores e regras de forma adequada e sensata. Pessoas seguras de si mesmos e do que estão a fazer.

A vinculação entre crianças/jovens é indispensável neste tipo de resposta pois é a partir daqui que estes podem apresentar “melhores competências sociais, especialmente na resiliência do ego e na elevado auto-estima, têm mais competências na resolução de conflitos entre pares, manifestam mais sentimentos de empatia e de reciprocidade, conseguem mais facilmente relacionar-se com os adultos, através de obediência às regras e apresentam mais competências de autonomia.” (Pires, 2011).

Como nos diz o Instituto da Segurança Social (s.d.) “em termos jurídicos, a intervenção assenta em programa residencial especializado (artº 51 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), dispondo para o efeito de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica pluridisciplinar que lhes garantirá, quer os cuidados adequados às suas necessidades e as condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art. 49º da LPCJP), quer o diagnóstico, definição e execução dos respetivos projetos de promoção e proteção (art. 54.º n.º1 da LPCJP), em estreita articulação com a entidade designada para o acompanhamento da medida aplicada”.

Durante a fase de integração do jovem na instituição espera-se que se desenvolvam capacidades de vivências grupais, e relacionais.

“Se o grupo de pares desempenha um papel importante na integração institucional das crianças e na sua adesão às rotinas e à disciplina propostas por estas estruturas, proporcionando experiências promotoras do seu desenvolvimento social, a integração e convivência de cada criança num grupo de outras com idades semelhantes à sua, cuja composição é relativamente instável, permanece um aspeto problemático.” (Martins, 2005)

Deve ser elaborado o Plano socioeducativo com a participação ativa do menor, e com base na sua avaliação diagnóstica, no, máximo de 30 dias. “Deverá, também, identificar estratégias, os recursos e as atividades a seguir pelos intervenientes na implementação do PSEI, como a criança/jovem, a família, os colaboradores e as instituições parceiras.” (Pires, 2011).

É, também dever dos LIJE’s proporcionar ao jovem um espaço só dele, que pode decorar ao seu gosto, habituar o jovem a partilhar tudo em espaços comuns, e procurar as atividades de seu interesse. Temos que o ajudar a adaptar-se às rotinas devidamente estruturadas transmitindo um modelo organizacional.

O modelo terapêutico de intervenção “...é essencialmente a da intervenção do lar como um todo, e não a utilização isolada ou sobrevalorizada de determinado recurso ou resposta terapêutica, como a psicoterapia ou a farmacoterapia. É o proporcionar de uma experiência de

vida quotidiana, pensada, numa base relacional e centrada nas necessidades dos jovens que assenta a identidade da intervenção que se pretende desenvolver.” (Pires 2011) Assim, o jovem pode conseguir ser ele próprio a provocar a mudança e a alterar os seus comportamentos através de uma reestruturação interna.

Existem várias estratégias que os cuidadores podem utilizar para conseguirem uma boa intervenção com os jovens institucionalizados. É importante para os jovens serem ouvidos por os adultos, saberem que podem comunicar com as pessoas que o possam ajudar. Os cuidadores devem criar espaços de comunicação individuais ou grupais para que os menores possam ser escutados sem serem julgados. “Estas relações providas de afeto, permitem que a criança ou jovem estabeleçam uma relação de empatia com determinado adulto, que espontaneamente e progressivamente se torna o seu elemento de referência.” (Gomes, 2010, p. 94). Este elemento pode ser considerado uma ajuda e referência de um modelo relacional de qualidade, que poderá ajudar a criança/jovem a superar tudo o que viveu no passado e pensar numa nova vida futura saudável e equilibrada.

Os profissionais devem transmitir-lhes pensamentos positivos, condutas corretas, emoções positivas e aprendizagens ao longo do seu percurso com o intuito de os levar a adquirir as tais competências e comportamentos socialmente adequados. A comunicação estruturada entre cuidadores e os jovens é indispensável para prevenção de comportamentos delinquentes. Podem existir reuniões diárias ou semanais, reuniões individuais entre jovens e técnicos gestores de caso, ou educador tutor, ou outros momentos que possam envolver todos os jovens e seus cuidadores.

São todos estes momentos de atenção que fazem com que os jovens possam sentir sentimentos de segurança através dos cuidados emocionais e físicos que lhes podemos proporcionar. São apenas pequenos aspetos como o cuidar da sua higiene, do seu aspeto físico, o facto de saberem que as pessoas se preocupam realmente com eles, que se consegue alcançar a segurança, a estabilidade emocional, um ambiente feliz e o bem-estar de todos os jovens.

As regras bem estruturadas e as ordens estabelecidas diariamente também são estratégias que fazem parte deste mundo especializado, já que antes da institucionalização a maioria destes jovens não sabia o que era. As regras devem ser sempre discutidas e revistas com os jovens.

Estes devem sentir-se envolvidos no dia-a-dia da casa como sentimento de pertença e desenvolvimento de competências.

Espera-se que estes cuidadores tenham uma grande capacidade de aceitação de manifestações de comportamentos e fragilidades de todos em termos relacionais; grande disponibilização de termos emocionais e afetiva; capacidade de trabalho em equipa (devem sempre funcionar como um grupo, procurando sempre os colegas para adotarem os mesmos procedimentos e conhecerem todos os factos importantes ocorridos durante os turnos); por fim devem saber que cada jovem tem as suas características e serão todos diferentes. Devemos perceber e ter visão completa de cada um para conseguirmos elaborar procedimentos de intervenção e estratégias mais adequadas a cada jovem.

Portanto, consideram-se cuidadores, todos aqueles que profissionalmente, trabalhem com os jovens com o intuito de criar relações positivas com estes e criar um ambiente de vida conjunta, estável, com aprendizagens, mudanças, crescimento e comunicação estável e segura. E, como nos refere Gomes, (2010, p. 100):

“as possibilidades de ensinar competências estão presentes no dia-a-dia do trabalho desenvolvido na casa de acolhimento e vão desde a aprendizagem feita pelo cumprimento das rotinas ao trabalho feito especificamente para treino de competências pessoais e sociais e às reuniões de grupo de jovens. As áreas a trabalhar referem-se a dois campos distintos, que se complementam: autonomia pessoal e relacional e autonomia funcional.”

Como já foi referido anteriormente a tarefa dos LIJE é alterar os comportamentos desadequados dos jovens para eles próprios e para os outros. Como nos refere Gomes, (2010, p. 110) “a intervenção orienta-se de forma a desenvolver nos jovens uma cultura de participação, de colaboração, de convivência em grupo que seja conducente a uma interiorização da necessidade de mudança dos seus comportamentos, com a consequente concretização da mesma.”

Assim, são utilizadas diferentes estratégias terapêuticas que possam controlar e punir todos os menores de forma que iniciem um processo de mudança para a sua vida futura, as quais passamos a explicitar, de acordo com o preconizado no Manual do Instituto de Segurança Social.

A **negociação** é uma das muitas estratégias utilizadas neste tipo de intervenção que podem responsabilizar os mesmos pelos seus comportamentos. Os cuidadores devem tentar entender

certas atitudes e assim, tentar negociar uma solução para as resolver levando a uma maior capacidade de responsabilização sobre os comportamentos. A relação entre técnicos e jovens deve ser correta “evitando o autoritarismo, analisando minuciosamente e em conjunto com o jovem o seu próprio projeto de vida, criando um clima de confiança e de respeito mútuo, de disponibilidade, de ajuda na gestão das expectativas do jovem face à concretização do seu projeto de vida, de firmeza tomando decisões de forma assertiva e transparente.” (Gomes, 2010, p. 295).

A **indagação** é uma outra estratégia no campo da comunicação que ajudam os jovens a refletir sobre tais comportamentos. Usam-se várias perguntas (o que aconteceu? O que aconteceu para te deixar assim? Podias fazer de outra forma?) que fazem o menor entender o porquê daquele comportamento e ajudam a arranjar outras soluções para o mesmo problema para poderem pensar melhor no futuro e arranjam outras estratégias futuras. Esta atitude tem em conta a importância do diálogo entre o jovem e o cuidador que promovem um momento de grande comunicação dando oportunidade ao jovem compreender todo o seu comportamento. Aqui ganham uma oportunidade de aprenderem novas regras e normas e interiorizar novos pensamentos, comportamentos e atitudes. É também um momento em que o cuidador pode conseguir uma evolução na sua vinculação para com o menor.

A **atitude terapêutica** vai então, proporcionar aos jovens o entendimento da realidade das suas atitudes desadequadas e assim, permitir a possibilidade de fazerem melhor através de interações positivas com os outros. “A intervenção nesta unidade traduz-se num programa residencial, onde o jovem é ajudado a refletir sobre o seu comportamento, perceber as suas causas, assim como aprender estratégias e adquirir competências para que as mudanças sejam possíveis e concretizadas.” (Gomes, 2010, p. 297).

A **demonstração de preocupação** por parte dos cuidadores é facilitadora para alteração de comportamentos, já que os jovens sentem que alguém está a preocupar-se consigo e o estão a tentar ajudar.

É também importante existirem **momentos de partilha** entre todos, por exemplo, na elaboração de atividades, de estratégias e regras, que podem aumentar a boa relação entre ambos e assim, treinar competências pessoais e sociais em momentos lúdicos e grupais.

Para diminuir a ansiedade, o desespero e as fragilidades é importante existir a **contenção** de sentimentos/vivências que pode desenvolver a capacidade de tolerar os seus próprios

pensamentos e sentimentos através do seu próprio controlo físico e emocional com a posição de limites por parte dos cuidadores.

Também existem as **sanções**, que são utilizadas em comportamentos extremos que podem controlar um certo comportamento. Podem assim, aprender novas formas de comportamento, novas competências e novas alternativas para resolução de certos conflitos.

O **sistema progressivo de fases** é uma outra estratégia utilizada por estes tipo de resposta que levam os jovens a aprender comportamentos adequados recorrendo ao sistema progressivo de fases que tem como objetivo responsabilizar os menores dos seus comportamentos, baseado numa avaliação comportamental. Isto é, depois das 48h de acolhimento são integrados na Fase 1, e que daqui nasce um processo evolutivo através de perdas e regalias que dependem de todo o seu comportamento, que irá até à Fase 4, onde se pretende que o jovem já tenha percorrido um percurso de mudanças e de autonomização.

Assim, diariamente os menores têm que responder a critérios mínimos de comportamentos adequados para usufruir das regalias inerentes a cada fase que vão desde a integração na instituição à autonomia/reinserção sociofamiliar avaliados por os educadores que contactam diretamente com estes.

Portanto, o sistema progressivo de fases está estruturado através de um modelo de progressão/regressão, que dependem dos seus comportamentos e atitudes ao longo da Institucionalização, que podem oferecer regalias ou sanções aos jovens. As fases podem ser 4 como já referi, cada uma tem uma duração variável, e as regalias e ganhos vão aumentando. Cada fase contempla uma lista de ganhos e perdas, como por exemplo, objetos pessoais e de lazer, número de telefonemas a efetuar, número de saídas, entre outras coisas importantes para cada um. Os graus atribuídos diariamente vão do 1 ao 5, sendo que o grau 1 são comportamentos completamente desajustados e o Grau 5 são comportamentos já de um grande valor.

Semanalmente há então uma **Reunião de Avaliação Semanal** com todos os jovens com a presença de todos os Técnicos da Instituição onde lhes é atribuída uma pontuação negativa ou positiva através de Fichas vermelhas, negras, amarelas ou laranjas e afixadas nas unidades familiares, para que façam o menor pensar em todos os seus comportamentos na semana anterior.

É importante para todos os colaboradores de uma LIJE a formação continua tendo em conta as principais necessidades existentes e para maior aprofundamento de conhecimentos e experiências de diversas funções. Deve ser feito sempre um trabalho de equipa, sempre com grande coerência e coesão. Assim, o trabalho desenvolvido é praticado como um todo (equipa técnica, auxiliares de limpeza, equipa educativa, cozinha, lavandaria), e realizado sempre com o mesmo objetivo e o mesmo fim.

Existem também várias **Técnicas Terapêuticas** importantes de referir que ajudam também no desenvolvimento do tipo de intervenção.

A **Reunião Comunitária** é uma estratégia utilizada diariamente, como dinâmica de grupo, onde os jovens podem falar nos seus sentimentos, nas suas preocupações, no seu dia-a-dia, explicar o que correu bem ou menos bem, e assim levar os jovens a regular a sua vida em comum. É uma estratégia utilizada para diminuir tensões, conflitos, problemas, que decorrem na vida em grupo e têm como objetivo a resolução dos problemas, “onde o jovem aprende a interagir com pares e a estabelecer um relacionamento saudável.” (Gomes, 2010, p. 307) Estas reuniões são geridas por elementos da equipa técnica e educativa.

A **Psicoterapia Individual** é uma estratégia em que os psicólogos conseguem desenvolver um trabalho terapêutico, dentro da Instituição com sessões individuais e grupais, “proporcionando ao jovem momentos de autoconhecimento, reflexão sobre a sua história de vida, vivências e comportamentos, ajudando-o a promover as mudanças necessárias à diminuição do seu sofrimento psíquico, contribuindo, assim, para que melhore a sua qualidade de vida.” (Gomes, 2010, p. 307)

Os **Programas de Aquisição de competências Pessoais e Sociais** são estratégias que ajudam os jovens a desenvolver competências e capacidades através de várias temáticas (higiene pessoal, sexualidade, agressividade, emprego, autonomia) e trabalham também questões como a relação interpessoal ou padrões cognitivos.

Também as **atividades lúdico-pedagógicas estruturadas** são estratégias que podem promover competências pessoais e de desenvolvimento sócio emocional e cognitivo. Estas têm carácter terapêutico através de experiências de vida inovadoras e aliadas ao facto de serem regulares e estruturadas poderão aumentar a capacidade de estabilidade e autoestima. Podem ser ateliers de música, trabalhos manuais, informática, pintura, etc, ou através de

utilização de contextos exteriores, cuidar de animais, hortas, estufas, jardinagem, etc. Deverão ser atividades do interesse do tipo de jovens acolhidos.

A **intervenção na crise** poderá ser outra estratégia utilizada nos LIJE's e de extrema impotência que pode impedir os jovens de chegar ao pico das suas crises. Por crise entende-se uma situação de extrema ansiedade em que o jovem não se consegue conter, sendo que pode ter comportamentos agressivos e destrutivos ou ainda um discurso delirante. Assim, é neste momentos que os jovens necessitam realmente de ajuda e de intervenção, de forma que se torne mais tolerável para os mesmos, e reduzindo a probabilidade do seu ressurgimento.

É através da boa comunicação com o menor que a antevisão da crise pode acontecer, ou seja, conhecendo bem o jovem e não havendo falta de comunicação entre adultos e jovens podem prevenir uma crise. Esta vinculação baseada na comunicação aberta, sincera e afetiva permite aos jovens confiarem nos adultos e pares para resolução dos seus problemas e situações que lhe causam mais angústia. Existem um conjunto de sinais que o cuidador pode ter em conta para perceber se o menor está a entrar em crise: agitação moto excessiva; discurso acelerado; procura de atenção frequentes em curto espaço de tempo; pequenas provocações; isolamentos repentinos; mudanças de humor repentinos. Todos estes sinais podem ser fulcrais na prevenção da crise mais o conhecimento profundo dos jovens. São nestes momentos que o jovem necessita realmente de um maior apoio, para que possa começar a tolerar estes momentos de ansiedade, através de contenção dos mesmos, realizada pelos adultos, num espaço próprio e afastado de todo o grupo. Estas crises têm sempre um facto/acometimento/pensamento por detrás, motivos que o jovem não consegue verbalizar que podem provocar comportamentos agressivos. Normalmente são situações passadas ou presentes que marcaram muito o jovem.

O jovem deve então, ser sempre separado do grande grupo e ficar apenas com uma pessoa, se possível alguém de sua referência; quando já é alto o pico da crise e não se consegue controlar o jovem porque pode estar a meter em perigo a ele próprio os outros deve-se recorrer à contenção física ou deverá ser transportado para a sala de time-out.

É importante então através de todas estas estratégias de intervenção terapêuticas especificar as principais áreas de intervenção no contexto de LIJE. A construção de **referências internas**, já mencionadas anteriormente, é crucial para o desenvolvimento da intervenção.

As **rotinas diárias**, também já mencionadas, com um valor estruturante muito importante que implicam na estabilidade dos jovens. Assim, poderão proporcionar hábitos básicos e aprendizagens de autonomia social, com a interiorização de regras básicas de higiene, saúde e convivência (regras de higiene pessoal e habitacional; tarefas domésticas; manutenção do espaço físico; alimentação saudável; cumprimento de horários; ocupação de tempo livres; hábitos de convivência e interação social).

Uma outra área de bastante importância é a **autoimagem e higiene pessoal**, com manutenção de sua roupa e arrumação do quarto. Pretende-se que os jovens aprendam regras básicas que podem impedir a sua interação social, contribuem para a sua saúde e bem-estar.

A **limpeza e zelo pelos espaços próprios e comuns** constitui a realização de tarefas domésticas fundamentais e muito importantes na integração da instituição. Deve gerar o sentimento de pertença e responsabilidade de cada um por o seu próprio espaço.

A **alimentação** é também uma área de intervenção através da estabilização do horário das refeições e através da correção de erros alimentares, através de alimentação variada e equilibrada, bem como ensinar os jovens a disciplina e adequação comportamental neste contexto. Devem também existir jovens escalados para os serviços de copa consoante os seus gostos.

Nos **tempos livres** as atividades grupais e individuais permitem que o jovem organize o seu tempo livre, bem como interage em espaços diferentes. A instituição pode oferecer um leque de diferentes atividades no interior da instituição e no exterior, dependendo da Fase em que se encontram.

O **período de sono** deve ser no mínimo de 8h diárias para regularizar os ritmos desgastantes da sua vida diária.

O **desporto** parte como atividade fulcral nestas instituições com o intuito de melhorar o bem-estar físico e psíquico de todos. Podem também servir de ensinamentos de espírito de equipa, bem como transição de regras e de hábitos de disciplina.

Uma outra área que tem uma grande importância nos LIJE's é a **saúde** é também uma área bastante importante essencialmente no que diz respeito ao tabagismo, consumo de substâncias aditivas e a nível sexual. Apresentam também grandes problemáticas a nível de saúde mental devido aos traumas concebidos anteriormente e às perdas sofrida pela vida. Assim, muitos dos jovens têm de ser medicados e acompanhados através de psicoterapias.

A **Escola/formação** tem também linhas diferenciais nos LIJE's já que a escola é em contexto institucional com o intuito de reconciliar o jovem com a escolaridade, bem como responder às principais necessidades e dificuldades destes tipo de problemáticas, fruto, muitas vezes de absentismo escolar ou insucesso escolar. Os jovens integrados nestas casas terão o seu próprio plano socioeducativo definido através das áreas onde se enquadram melhor, nomeadamente através de formação profissional.

É importante referir que todos os professores que lecionarem neste contexto devem integrar-se no tipo de intervenção desenvolvida no lar, quer no que diz respeito às estratégias de intervenção, bem como às suas metodologias. Deve então existir uma grande ligação entre os professores e a equipa técnica do lar e equipa educativa, através de uma articulação constante, isto para que a intervenção continue coerente e integrada, em que a vertente escolar possa ser sentida como um todo. As ofertas formativas e escolares devem ser sempre de acordo com os gostos dos jovens e também das capacidades de cada um (cursos de componente prática).

E, por último, sendo a intervenção definida através de objetivos para projetos de vida e que implica a inserção dos jovens na vida comunitária é muito importante existir uma articulação muito grande entre instituição e a **comunidade**. O grande objetivo, e o que todos defendem, é o regresso dos menores à comunidade (família) e por isso a constante articulação com entidades da comunidade com serviços e equipas que possam ajudar na intervenção e na mudança de comportamento de todos. Pode ser um processo de inclusão em atividades, em serviços e equipamentos locais.

Assim sendo, os LIJE's são lares que acolhem crianças com variadas problemáticas de comportamento e têm como principal função oferecer aos jovens um conjunto de oportunidades relacionais, humanos, educacionais, e de formação que potenciem uma transformação interna nos jovens, quer individualmente quer em grupo, para que o jovem não necessite de recorrer a comportamentos disruptivos, delinquentes e patológicos, e que consigam comunicar de forma correta, e também ajudar no seu desenvolvimento pessoal e social. Como Gomes, (2010, p. 307) nos refere “as atividades que se desenvolvem diariamente podem constituir-se como atividades terapêuticas, onde se trabalham conceitos como o respeito pelo próprio e pelo outro, para que o jovem compreenda e identifique os sentimentos e a importância do outro na sua própria vida, o que poderá constituir uma fator de mudança no seu comportamento.” É importante levar o jovem a compreender a importância que tem a interiorização das normas e limites para a sua formação pessoal, o desenvolvimento

integral e o crescimento. As rotinas diárias têm também para o jovem um elevado valor estruturante, pois pressupõe previsibilidade e estabilidade, transmitindo-lhes segurança.

De acordo com (Gomes, 2010, p. 303) devido aos variados tipos de problemáticas comportamentais, é necessário existir um trabalho terapêutico que corresponda às principais necessidades dos jovens. Assim, torna-se indispensável a criação destas unidades de acolhimento com estruturas de pequena dimensão e com um modelo familiar muito próximo do real, com o intuito de garantir aos jovens um acompanhamento mais intensivo ao nível da sua problemática.

CAPITULO III

3.1. OBJETIVOS DO ESTUDO

Depois de revistos todos os conhecimentos teóricos sobre a problemática do acolhimento institucional, é necessário elaborar o plano de investigação do estudo em questão. Assim, é importante referir o principal objetivo e as principais questões de partida que serão fulcrais para o desenvolvimento do estudo.

O principal objetivo deste estudo é perceber qual o impacto que a Institucionalização tem nas famílias e jovens, e como cada um vivência esta nova realidade. O intuito é perceber como os jovens e seus familiares/representantes legais vêm a sua institucionalização, neste tipo de lares, e descobrir se já conseguem verificar eventuais mudanças comportamentais, sociais e culturais. Assim definiram-se como perguntas de partida, as seguintes:

- Quais os motivos que levaram à institucionalização destes jovens?
- Como decorreu a fase de acolhimento e de adaptação à instituição e como foi vivenciada pelos jovens e seus familiares?
- Como se sentem os jovens e seus familiares na relação estabelecida com os principais cuidadores da instituição?
- No entendimento dos jovens e dos seus familiares, as estratégias terapêuticas mobilizadas na intervenção revelam, desde já, alguns resultados positivos que sugerem uma eventual mudança a diferentes níveis?
- Como encaram os jovens e seus familiares esta experiência de acolhimento e de que forma perspetivam o seu futuro? Qual o seu olhar sobre o presente e as suas implicações para a vida futura?

3.2. MÉTODO

Na sequência da revisão da literatura, vamos proceder à descrição do método utilizado para o estudo empírico em questão. A metodologia utilizada no estudo foi o método qualitativo através de um estudo de caso, onde conseguimos alcançar um melhor conhecimento pormenorizado do estudo particular em questão. O estudo é realizado num contexto de vida real e baseia-se numa situação particular. Este Estudo centra-se apenas num objeto de estudo, tentando analisá-lo detalhadamente e tenta, de alguma forma, descobrir problemáticas e

pontos fracos neste tipo de acolhimento, para, assim, poder sugerir novas hipóteses de intervenção.

3.2.1 PARTICIPANTES

A Instituição escolhida para o nosso estudo, abriu portas recentemente e é caracterizada como um LIJE e o modelo de intervenção utilizado no acompanhamento aos jovens também, é de alguma forma, inovador. Estas Instituições são apresentadas no nosso país recentemente como um projeto piloto, pelo que é necessário realizar uma avaliação profunda do tipo de trabalho a desenvolver neste tipo de Acolhimento e averiguar os resultados que esse trabalho pode ter nos jovens e seus familiares. Existem apenas 6 LIJE's, sendo 2 deles femininos, 3 masculinos e 1 misto.

Ao desempenhar funções de Assistente Social nesta Instituição, este estudo partiu de uma vontade de toda a Equipa Técnica em perceber se, ao longo deste ano de trabalho se conseguem observar já aspetos positivos nos jovens através das estratégias terapêuticas de intervenção implementadas.

Assim, o estudo irá debruçar-se sobre a opinião dos jovens e seus familiares/representantes legais acerca deste tipo de intervenção, através de uma avaliação qualitativa e análise documental.

A instituição em questão acolhe 18 crianças/jovens, todas do sexo masculino, sendo que no estudo participaram 17 jovens, do sexo masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, sendo a média de idades de 14 anos. Todos estes jovens estão institucionalizados no LIJE.

Nove dos jovens estão institucionalizados ainda há menos de seis meses, o que pode ser ainda pouco tempo para se poder verificar alguma evolução no seu comportamento, mas já podem dar a sua opinião acerca deste tipo de intervenção. Oito dos jovens já se encontram há mais de seis meses institucionalizados, o que poderá facilitar um pouco as suas respostas.

Constata-se que todos os jovens estão deslocados do seu concelho de residência, exceto um dos jovens (ver tabela 1). Esta distância pode dificultar a realização de um projeto de vida com vista à reintegração dos jovens no seu seio familiar, bem como à elaboração do seu PSEI e dificultando a verdadeira análise do suposto potencial das responsabilidades dos seus familiares.

É também representativo o número de jovens que não frequentava a escola antes da sua institucionalização e todos eles já tinham reprovado pelo menos um ano de escolaridade.

Jovens	Idade	Ano Letivo frequentado (2012/2013)	Naturalidade	Concelho onde viviam antes da Institucionalização
1	15	6º ano	Porto	Vila do Conde
2	14	5º ano	Lisboa	Sintra
3	14	4º ano	Algarve	Olhão
4	13	5º ano	Algarve	Faro
5	14	4º ano	Sesimbra	Gondomar
6	15	6º ano	Setúbal	Figueira da Foz
7	13	5º ano	Porto	Espinho
8	13	5º ano	Lisboa	Cascais
9	14	5º ano	Évora	Évora
10	15	4º ano	Loures	Vila Franca de Xira
11	13	4º ano	Caldas da Rainha	Évora
12	15	4º ano	Porto	Porto
13	13	5º ano	Castelo Branco	Estarreja
14	12	6º ano	Gaia	Mafamude
15	13	5º ano	Guiné	Barreiro
16	14	5º ano	Almada	Seixal

17	15	10º ano	Nisa	Nisa
----	----	---------	------	------

Tabela 1: Naturalidade e escolaridade dos jovens e concelho onde viviam antes de serem acolhidos

No que diz respeito aos principais motivos reportados para o acolhimento (ver tabela 2) foram apresentados como:

Comportamentos graves – roubos com confrontação da vítima; utilização de armas brancas; destruição de propriedade com prejuízos considerados; forçou atividade física; agressões físicas violentas; matar animais de forma intencional; pôr em risco os que o rodeiam e ele próprio.

Comportamentos médios – agressões físicas; fugas prolongadas; pequenos furtos; destruição de propriedade sem grandes prejuízos; causam sofrimento às outras pessoas - pares e adultos; jovens com comportamentos aditivos.

São também jovens com dificuldades em estabelecer relações; variadas oscilações de humor; fraca tolerância à frustração; tendência à impulsividade; isolamento ou ausência de comunicação verbal; curtos períodos de atenção. Todos estes comportamentos já levaram a que 10 dos jovens acolhidos tenham a decorrer um (ou mais) Processo Tutelar Educativo.

Anteriormente ao seu acolhimento eram acompanhados por equipas da CPCJ (7 jovens) ou EMAT e Tribunal (10 jovens) (figura 2), que implementaram estratégias de intervenção para os jovens e suas famílias, não conseguindo chegar a qualquer resultado. Como a Lei 147/99 prevê, antes do Acolhimento Institucional pode ainda ser aplicada a Medida em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outros familiares, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida), sendo que esta medida foi aplicada a todos os jovens acolhidos, não surtindo qualquer efeito. Apenas 4 dos jovens acolhidos não eram acompanhados por Psicólogos e Pedopsiquiatra.

Sendo também de referir que, para além da intervenção das equipas da CPCJ, EMAT e Tribunais, 12 dos jovens já estiveram institucionalizados, numa tentativa estratégica de intervenção, em CAT's e LIJ's, sendo que 4 foram acolhidos em CAT's e foram posteriormente adotados. (Figura 2)

Jovens	Serviço de intervenção anterior à Institucionalização	Já tinha sido Institucionalizado	Motivo por sair da anterior Instituição	Problemas de Comportamento
1	EMAT/Tribunal	LIJ	Agressões Físicas	Graves
2	EMAT/Tribunal	—	—	Graves
3	EMAT/Tribunal	—	—	Graves
4	EMAT/Tribunal	CAT	Desconhecido	Graves
5	EMAT/Tribunal	CAT	Adotado	Graves
6	EMAT/Tribunal	LIJ	Fugas frequentes	Graves
7	CPCJ	—	—	Médios
8	EMAT/Tribunal	CAT Emergência	Fuga	Médios
9	EMAT/Tribunal	CAT	Adotado	Graves
10	CPCJ	CAT	Comportamentos desajustados e Fugas	Graves
11	CPCJ	LIJ	Comportamentos desajustados	Médios
12	EMAT/Tribunal	LIJ	Fugas frequentes	Graves
13	CPCJ	CAT	Adotado	Graves
14	CPCJ	—	—	Médios

15	EMAT/Tribunal	LIJE	Violação sexual	Médios
16	CPCJ	—	—	Médios
17	CPCJ	CAT	Adotado	Médios

Figura 2: caracterização dos jovens acolhidos

Do seu passado podemos referir que um número reduzido dos jovens sofreu maus-tratos, psicológicos ou físicos, em sua casa por parte dos seus cuidadores (3 dos jovens); 4 dos jovens foram adotados tendo histórias de vida muito traumáticas até aos 3 anos de idade; 5 dos jovens sofreram de negligência e incapacidade parental; os restantes 5 jovens não apresentam problemas de negligência ou qualquer outro tipo de facto qualificado como crime por parte dos pais ou representantes legais, sendo Institucionalizados no LIJE por comportamentos desajustados que o colocavam a si próprio em perigo e a todas as pessoas que o rodeavam, fossem amigos ou adultos. Os seus pais/representantes legais sentiam-se incapazes de controlar e ajudar o jovem.

No que concerne aos seus familiares ou representantes legais, apenas 1 dos jovens se encontrava à guarda do seu irmão mais velho, por sofrer de violência doméstica por parte do seu pai e dos seus avós, e a sua mãe foi-lhe diagnosticada uma doença de saúde mental grave com incapacidade de cuidar dos seus filhos. Todos os outros jovens, antes do seu acolhimento viviam com seus pais, sendo que 2 viviam com a sua mãe, que se encontra em união de facto, já com outros relacionamentos anteriores, que se traduzem em várias separações e novos relacionamentos, pondo em causa a família; 9 deles são divorciados; e 7 estão casados.

No que respeita as suas habilitações literárias, 9 dos pais têm apenas o 4º ano; 3 o 9º ano; 3 o 12ºano; e apenas 1 licenciado. Têm variadas profissões desde professora a gestora de loja, padeiro, padreiros; gestora de bares e discotecas; técnico de diagnóstico terapêutico; domésticas, entre outras profissões. Estão ainda 2 deles reformados e 6 desempregados. Também é evidente aqui a precaridade na educação e na profissão dos pais biológicos, que acaba por influenciar o crescimento dos jovens, expondo-os a situações de precaridade social devido a dificuldades económicas e insegurança no trabalho dos seus cuidadores.

Todos os pais e representantes legais destes jovens se encontram presentes e ativos na intervenção que se realiza com os jovens. Têm ligação frequente com todos os profissionais

da instituição, apesar da distância grande que os separa e todos têm o objetivo de receber os menores em sua casa aquando a intervenção terminar.

3.2.2. INSTRUMENTOS

A utilização dos Questionários neste estudo partiu da importância de realizar uma recolha de dados com toda a informação necessária para os objetivos de estudo. A aplicação destes questionários foi feita de forma a garantir o anonimato dos participantes e elaborada e organizada de uma forma fácil e acessível a todo o tipo de pessoas, pois a maioria dos jovens e familiares/representantes legais apresentam alguns problemas cognitivos, níveis baixos de literacia, e poderão ter dificuldades em compreender e responder às questões colocadas. Não foram mencionados quaisquer informações que pudessem identificar algum jovem ou adulto. Os nomes foram substituídos por códigos. Assim, os questionários foram elaborados, essencialmente com perguntas fechadas e de escolha múltipla para facilitar as respostas, mas incluem também algumas perguntas abertas, essenciais para obter opiniões e conhecer mais detalhadamente algumas realidades.

Os Questionários foram adaptados com base na investigação realizada por Santos (2010). Foi um estruturado um a ser aplicado aos pais/representantes legais (Anexo 1) e um outro a aplicar aos jovens acolhidos (Anexo 2).

Apresentam questões acerca da institucionalização do menor, onde os jovens e os seus pais/representantes legais podem expressar a sua opinião no que diz respeito ao trabalho desenvolvido do LIJE e quais as evoluções mais notórias em cada um dos jovens.

Ambos os questionários seguem a mesma linha de orientação. Foram estruturados da seguinte forma: inicia-se com algumas questões que nos indicam informações acerca dos jovens e seus pais/representantes legais. O primeiro tema abordado é o acolhimento, que nos leva a tentar perceber de que forma ambos encararam este acolhimento e como foi a integração dos jovens, tanto na Instituição como no grupo. Depois seguem-se os motivos porque foram acolhidos neste tipo de resposta social e qual a sua opinião acerca deste tipo de intervenção. São apresentadas questões que nos levam a perceber se ambos se sentem culpados por estarem nesta situação e, também, perceber qual o principal motivo desta institucionalização e como a encaram. Seguem-se as questões relativas à relação com os profissionais da Instituição, essenciais para uma boa intervenção e também questões sobre a maneira como encaram a sua vida neste momento. É importante perceber, nestas questões se o jovem se sente apoiado e

ajudado na Instituição. Por fim são apresentadas questões que nos levam a perceber qual a sua percepção sobre as estratégias terapêuticas utilizadas e perceber se estão a surtir algum efeito. Perceber também se já conseguem verificar alguma mudança comportamental, social e cultural depois desta experiência de acolhimento, as diferenças do passado para o presente e quais as perspectivas de ambos, para o futuro.

3.2.3. PROCEDIMENTOS

A colaboração de cada participante foi estritamente voluntária, a cada um, familiar ou jovem, foi explicado individualmente o objetivo da investigação e assegurada a confidencialidade e anonimato da informação recolhida.

Para a realização deste estudo foi necessário seguir alguns procedimentos importantes. É assim, importante explicar todos os procedimentos utilizados antes da aplicação dos questionários aos responsáveis pela Instituição, aos jovens e aos seus familiares/representantes legais.

Num primeiro momento foi elaborada e enviada uma carta à Direção da Instituição onde se explicavam os principais objetivos do estudo, para obter a sua autorização de recolha de dados e informação. Foi deliberada autorização positiva para a realização do estudo com garantia de confidencialidade de informação e dados, em reunião de direção.

Também foram contactados telefonicamente todos os familiares ou representantes legais dos jovens com o mesmo propósito. Estes contactos foram realizados e expliquei a todos que era um estudo no âmbito do MEPCJR e que nada tinha com Tribunais, CPCJ's, ou qualquer outra entidade, pois poderia pôr em causa os resultados do estudo se tal não fosse bem explicado, pois todos os participantes nesta investigação poderiam ter algum receio em responder às questões. Explicou-se, de forma clara e sucinta, o objetivo das questões incluídas nos questionários e que todo o estudo iria respeitar todos os princípios e recomendações éticas através da garantia de confidencialidade de informação e dados. Para que fosse mais claro e na possibilidade de existência de alguma dúvida enviei ainda uma carta com os esclarecimentos anteriormente descritos juntamente com os Questionários, que foram enviados aquando a visita dos jovens no Natal a sua casa, pois se assim não fosse iria ter alguma dificuldade em realizar os questionários aos pais/representantes legais pessoalmente, pois vivem todos muito longe e têm algumas dificuldades económicas para se deslocar à

Instituição. No dia que regressaram à Instituição, todos os jovens os questionários devidamente, e apenas um jovem não o trouxe chegando mais tarde por correio, enviado pelo seu pai.

Os jovens foram convidados a participar, pessoalmente na Instituição, e foi-lhes explicado quais os objetivos do estudo, enfatizando que o mesmo não tem qualquer relação com processos em Tribunais, pois alguns mostraram-se logo muito preocupados e desconfiados. A recolha de dados foi presencial e individual no gabinete do serviço social, em diferentes dias. Cada jovem preencheu o questionário sozinho, mas sempre na presença do investigador, permitindo assim apoiar os jovens que têm mais dificuldades cognitivas e esclarecer algumas dúvidas.

Assim os questionários foram aplicados junto dos jovens acolhidos, sendo todos presenciais e preenchidos com ajuda, devido à dificuldade cognitiva de todos os jovens. Por outro lado, foram aplicados Questionários às suas famílias, não presenciais, enviados por os próprios jovens na sua ida a casa na época do Natal.

CAPITULO IV

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da análise de dados conduzidos serão apresentados seguidamente. Parte-se dos resultados relativos ao entendimento que os jovens e seus pais/representantes legais têm da sua institucionalização num LIJE e se têm esperança que esta medida de acolhimento vá alterar alguma coisa no comportamento dos menores e na maneira como encaram a sua vida.

O questionário inicia-se com a adaptação de cada jovem e os sentimentos que fluíram no momento do seu acolhimento. Os sentimentos mais referidos pelos menores foram: Nervoso, um total de 58%; Infeliz, 41%; Zangado, 35%; e apenas 12% dos jovens responderam estar Satisfeitos.

Assim, e como conseguimos verificar anteriormente, a maioria dos jovens não considerou que os seus primeiros dias na instituição tenham sido calmos e bem aceites, já que 65% dos jovens admitiram que a sua adaptação neste contexto foi difícil e apenas 23% responderam não ter tido dificuldade em adaptar-se às regras da instituição.

Após as primeiras 48h de acolhimento, a maioria dos jovens, 71%, responderam que tiveram alguma dificuldade em integrar no grupo de jovens já acolhidos.

No que diz respeito ao motivo do acolhimento e quando os jovens foram questionados sobre tal situação, a maioria verbalizava “*não sei*” e muitos não queriam responder, talvez por sentirem vergonha em verbalizar todos os comportamentos anteriores ao acolhimento. Depois de incentivados a responder, 59% dos jovens admitiram faltar às aulas regularmente e nesses momentos tinham comportamentos muito “maus” no interior e no exterior da escola, faltando ao respeito e causando até ferimentos em colegas e adultos. Também 29% dos jovens responderam que o motivo que os levou a estarem ali foi os roubos; agressões e fogos postos que praticavam no exterior. Por fim, 12% dos jovens referiram que já tinham estado num outro “colégio” (instituição), mas que fugiam regularmente e faltavam ao respeito a todos os adultos.

Assim, e na sua maioria, ou seja, 82% dos jovens consideram-se responsáveis por estar na Instituição, mas também acham que será uma oportunidade de mudança para o seu futuro. É importante referir que 18% dos jovens associam a sua Institucionalização a um castigo,

devido a todos os seus comportamentos no exterior, mas, na sua opinião, não se sentem culpados por estarem no Lar.

No que concerne aos adultos que trabalham na Instituição e que são considerados fulcrais para o desenvolvimento da intervenção junto dos menores, apenas 24% responderam não se sentirem apoiados por os mesmos, o que nos indica que 76% dos jovens se sentem apoiados por todos os adultos. É importante referir que os jovens que responderam não se sentirem apoiados por todos os adultos, no Lar, estão na Instituição há menos de seis meses.

No entanto, e apesar de a maioria mencionar que se sentia apoiado, 41% dos jovens responderam não ter nenhum adulto de referência dentro do Lar, inclusivamente jovens integrados na instituição há mais de 6 meses, e 59% responderam já ter algum adulto como referência. Por outro lado, 94% sentem que sempre que precisam têm alguém disponível para os ouvir e que os compreende, e que esses adultos os fazem fazer pensar na vida e nos seus comportamentos, sendo que apenas 6% respondeu não ter ninguém capaz de os ouvir.

No que diz respeito à relação e sentimentos que estes jovens conseguem transmitir acerca dos seus cuidadores na Instituição, 88% dos jovens acolhidos, neste Lar, sentem-se bem com os profissionais da instituição e sentem que os adultos os acalmam. Também os mesmos 88% referiram que sentem ajuda nos momentos difíceis. Por outro lado uma grande minoria, 11%, refere que os adultos os magoam de propósito, e 6% referem que os adultos os tentam enganar e também os provocam. É importante referir que nas questões relacionadas com os adultos, alguns dos menores questionaram se teriam que responder no geral, já que a sua opinião de cada adulto diverge e não queriam incluir todos na mesma resposta. Foi-lhes explicado que poderiam refletir e tentarem perceber em que nível poderiam encaixar mais adultos e responderem nesse sentido.

Com o intuito de perceber qual o “nível de felicidade” dos jovens atualmente, disponibilizei uma tabela em que os níveis de felicidade eram representados numericamente, sendo o algarismo “0” considerado “pior vida possível” e o “10” “melhor vida possível”. Assim 5 dos menores sinalizaram o número cinco, não considerando a sua vida, neste momento, nem muito boa nem muito má, mostrando alguns sentimentos de incerteza. De modo positivo, 4 jovens colocaram sinalizaram o número oito, 2 o número nove e 1 o número dez, que representam estarem muito satisfeitos com a sua vida naquele momento. De modo negativo,

ainda houve um jovem que sinalizou o número quatro e outro o número três, mostrando que se sentem infelizes.

Também lhes foi pedido para sinalizarem frases que melhor os descreviam naquele momento, sendo que 47% dos jovens respondeu sentir-se forte e 41% respondeu gostar de si próprio e sentir que as pessoas gostam de estar com eles. É notório, ainda alguma insegurança nos jovens quando apenas 29% respondeu que consegue fazer as coisas sem qualquer ajuda de um adulto. Já 59% referiu ter orgulho no que faz e admite também dizer sempre a verdade. Também 65% refere ser feliz por ser quem é e 47% admite ser simpático para todos. Apenas uma minoria de 12% admite ainda portar-se mal.

Relativamente às suas principais preocupações podemos verificar que 47% dos jovens referem ter medo de se portar mal e 53% também referiu preocupar-se que os adultos se zanguem com eles. Apesar de apenas 41% dos jovens admitirem ter alguma dificuldade em controlar-se, uma grande maioria, 65% referiram preocupar-se com a possibilidade de serem agressivos. No que diz respeito aos seus colegas 59% admitem ter uma preocupação para com os restantes jovens.

Relativamente ao futuro 76% dos jovens diz-se preocupado com o mesmo mas, e 82% tem esperança que a sua vida vá melhorar.

Também, quando questionados sobre o local em que se sentem melhor, nomeadamente no interior da instituição ou no exterior, 65% revelou que é fora da instituição e 18% respondeu dentro da Instituição. Contudo, é importante referir que 18% dos jovens demonstraram alguma confusão de sentimentos, respondendo ambos os locais.

Um outro aspeto importante e que foi abordado nos questionários foi o sentimento de arrependimento que cada um pode ter depois de entrar no Lar, assim 94% dos jovens, a grande maioria, responderam estar arrependidos de tudo o que fizeram antes da sua institucionalização, e 88% refere que sentem apoio por parte dos cuidadores, sendo que 100% admite que essa ajuda o faz pensar muito no futuro, na vida e nos seus comportamentos. É importante referenciar os comportamentos que estes jovens mencionaram, ao responder ao questionário, estarem arrependidos de os ter praticado no exterior da instituição: *“andar a bater nos meus colegas”*; *“portar-me mal na escola e faltar ao respeito aos adultos”*; *“magoei o meu pai e o meu avô, sem ser necessário”*; *“pequenos roubos”*; *“matei os meus gatos de estimação”*; *“peguei fogo na mata”*; *“virei-me contra os meus pais”*; *“cometi um*

crime leve e portei-me muito mal na outra instituição”; *“muitas mentiras”*. No entanto, ainda houve 41% dos jovens que não quiseram responder a esta questão justificando-se com respostas como: *“arrependido de tudo”* e *“não me lembro bem”*. Quando questionados se pudessem modificar todos estes comportamentos os modificariam, a grande maioria, 94%, reponderam que sim.

No final do questionário considerou-se ser importante falar um pouco sobre o modo como encaram e preveem o seu futuro, sendo que 71% dos jovens já consideram ter um projeto de vida e 41% dos jovens referiram ainda não saberem o que querem no futuro. Foram apresentadas várias hipóteses que passamos a explicitar: *“trabalhar nos bombeiros”*; *“estar junto da minha família”*; *“alguma coisa relacionada com a informática”*; *“hotelaria”*; *“portar-me bem lá fora e fazer tudo o que os adultos dizem”*; *“arranjar trabalho e ajudar sempre a minha mãe”*; *“mecânico”*; *“polícia”*; *“músico”*; *“sair do país”*; *“ser feliz e ter trabalho”*; *“ter uma casa, uma mulher e um filho”*. Foi-lhes questionado se consideram que a passagem por esta instituição poderá influenciar a sua vida futura e 88% dos jovens responderam que sim, sendo que apenas 11% responderam negativamente.

Também lhe foi pedido para descreverem quais as suas estratégias quando se sentiam mais fragilizados e como ultrapassam os momentos difíceis no Lar. O isolamento do grupo foi a resposta que se verificou com mais frequência (41%), procurar um adulto (26%), chorar e pensar na família (33%), também foram respostas frequentes.

Quando questionados se se sentem preparados para sair e se sentem que a ajuda dos seus pais/representantes legais é indispensável para eles, 82% dos jovens responderam sim a ambas as perguntas e apenas 18% dos jovens responderam negativamente. No entanto, apenas 6% referiu que não estão preparados para sair e que não acham a ajuda da sua família importante. Os restantes pensam que necessitam da ajuda da família ou representantes legais, mas consideram ainda ser cedo para saírem do Lar.

Por último, foi-lhes pedido para falarem um pouco sobre os seus sentimentos e as suas vivências neste tipo de Instituição. Houve alguma dificuldade em conseguir obter algumas respostas devido aos problemas cognitivos que estes jovens têm. Apesar disso, obtiveram-se algumas respostas positivas: *“sinto que aqui também tenho uma família, por isso é como se estivesse em casa”*; *“viver aqui é melhor que estar na outra escola a fazer asneiras, pois aqui consigo portar-me bem e o meu pai anda descansado e não falta ao serviço”*; *“estar aqui é*

bom para me controlar nos momentos mais difíceis quando sair daqui e não vou ligar ao que as outras pessoas dizem mesmo que me magoem”; “é bom por um lado”; “viver aqui é muito bom gosto de estar com os meus colegas e com os adultos”; “sei que no dia que me for embora não vou a rir, vou, muito triste porque arranjei grandes amizades, dos mais pequenos até aos adultos e nunca me esquecerei desta instituição e das pessoas”. Já as respostas negativas foram todas justificadas com a ausência dos familiares e por estes estarem muito longe. Houve algumas frases importantes a registar, tais como: “é demasiado mau estar cá dentro”; “não é nada bom estar num lar é muito sentimental em relação a haver momentos em que nos achamos loucos”; “ninguém gosta de estar aqui e é um bocado injusto...”.

Depois de termos analisado alguns dos dados relativos aos questionários dos jovens acolhidos, vamos, passamos de seguida a analisar os questionários relativos aos seus pais/representantes legais.

Tal como foi perguntado aos jovens sobre os seus sentimentos no dia do acolhimento no Lar, os seus pais/apresentantes legais também foram questionados sobre esse tópico, e as suas respostas foram idênticas, sendo que o sentimento que prevaleceu foi nervoso (41%), infeliz (35%); e zangado (24%), e referiram que “...*tinha medo do que ia acontecer*”; “*senti-me nervoso porque não sabia qual o seu comportamento ao sair de casa*”; “*receio que houvesse uma má adaptação e que o levasse a expulsão como aconteceu na instituição anterior e que a sua ida tivesse marcado de forma negativa pensando que ninguém se importa com ele*”; “*...medo que lhe aconteça alguma coisa de mal...*”; “*angústia e sensação de vazio*”; “*senti-me revoltada por não ter conseguido dar a ajuda que o meu filho precisava, ..., frustração e incompetência...*”; “*revoltada com a CPCJ*”. No entanto, 100% dos pais perceberam e admitem que esta institucionalização é uma oportunidade de mudança para os seus filhos.

Verificou-se também que a sinalização destes jovens à CPCJ foi na sua maioria feita através de seus pais (pai ou mãe) (47%), seguida da escola (41%), 6% um familiar (irmão) e também 6% o próprio jovem. Este facto verifica-se também numa outra pergunta que questiona os pais/representantes legais se em algum momento se sentiram incapazes de lidar com os seus filhos, 53% responderam que sim, o que vai ao encontro de serem os próprios pais a pedirem ajuda, e 41% respondeu que não, havendo apenas uma pessoa que não respondeu a esta questão.

Como foi referido anteriormente, existiram diversos motivos para que estes jovens fossem acolhidos neste tipo de Instituição e também neste especto as respostas são coincidentes com as respostas dos jovens. Os seus pais/representantes legais referiram os problemas existentes nas escolas, as faltas dadas frequentemente, as mentiras, as faltas de respeito para com os adultos e pares, roubos, não obedecer às regras, más companhias, rebeldia, consumo de estupefacientes (não mencionado pelos jovens talvez por vergonha), surtos psicóticos que punham em perigo as pessoas que o rodeavam, incumprimento de regras, brigas constantes com agressões físicas.

Apesar de todas as problemáticas mencionadas anteriormente, e depois de conhecermos as causas da Institucionalização destes jovens, os pais foram questionados se de alguma maneira se sentiam responsáveis por o seu filho estar no Lar, a maioria, 59% dos pais, respondeu não sentir qualquer responsabilidade e 41% respondeu que sim, justificando-se devido ao facto de não conseguirem controlar os comportamentos dos filhos em casa e terem que acabar por sinalizar a situação e pedir ajuda, por exemplo algumas mães/pais mencionam que: *“depois de várias agressões sofridas, tive que apresentar queixa e pedir ajuda ao tribunal”*; *“gerações diferentes, falta de compreensão, mentalidades diferentes, desnorteada, sem saber o que fazer e como agir, não ouvir o que os outros me diziam e só me queriam ajudar”*; *“... já não sabia como lidar com o meu filho...”*; *“não tenho tido possibilidades”*; *“tudo aconteceu muito de repente, quando dei conta o meu filho já estava por caminhos muito complicados”*; *“por não estar devidamente informada sobre a leis portuguesas e os meus direitos”*.

Foi-lhes também pedido que falassem um pouco sobre o relacionamento que tinham com os seus filhos antes destes serem acolhidos e os dados recolhidos são: todos os pais sentiam pouca comunicação entre pai/filho; não conseguiam estabelecer limites e regras aos menores; tinham dificuldade em construir uma relação com eles; os comportamentos que os jovens tinham prejudicavam a confiança que os pais já não conseguiam ter; ou, a confiança em excesso que alguns pais depositaram nos seus filhos prejudicou também a relação entre ambos.

Foram também questionados acerca do tipo de intervenção realizada no LIJE, diferente dos outros locais onde os jovens poderiam ter estado institucionalizados, e 100% dos pais/representantes legais responderam ser este o tipo de intervenção adequado ao seu filho.

Já no que diz respeito aos profissionais do Lar, também foram questionados para sabermos a sua opinião, e a maioria dos pais/representantes legais (88%) respondeu sentir todo o apoio necessário por parte dos funcionários da Instituição e apenas 12% respondeu não se sentirem apoiados pela equipa do Lar. No que diz respeito ao bom relacionamento entre pais/representante legais e profissionais, 100% respondeu ter um bom relacionamento com todos os adultos. Assim, a avaliação geral feita por todos os pais/representantes legais é muito bem classificada: Muito boa – 65%; Boa – 29%; razoável- 6%; sendo ainda de referenciar que 100% dos pais/representantes legais responderam estar descansados com os seus filhos institucionalizados nesta resposta social. Já no que diz respeito à intervenção realizada na sua área de residência, e tal como previsto na lei (todos os pais/representantes legais deveriam acompanhados por equipas adequadas à sua problemática na sua área de residência), verificou-se que apenas 18% admite ser acompanhado por outros serviços na sua área de residência e a grande maioria (82%) refere não ter qualquer acompanhamento.

Verificamos também, que a distância geográfica entre o jovem e seus familiares/representantes legais prejudica as visitas dos adultos ao Lar, embora 65% dos pais/representantes legais tenham respondido que vão visitar o seu filho com alguma regularidade, embora com muita dificuldade. Por outro lado, 35% dos pais/representantes legais admitem não realizar visitas por não terem capacidade económica para cobrir os custos de viagens tão grandes.

Já no que concerne às mudanças já verificadas nos menores pelos seus pais/representantes legais, apenas uma pessoa não respondeu à questão, sendo que 94% admitiram já se terem verificado algumas modificações nos seus comportamentos e deram exemplos, tais como: *“melhor relacionamento, cumpre as ordens que lhe são transmitidas, arrependimento de tudo o que fez”*; *“um pouco mais calmo, não existindo atualmente palavrões e talvez pela maneira dele falar”*; *“comportamentos mais calmos notou-se tranquilidade, menos nervoso, tornou-se mais feliz e com uma forma mais alegre de ver a vida”*; *“tem rotinas certas: higiene pessoal, deita-se cedo, convive mais connosco. Mostra-se muito mais responsável, muito caseiro e distante das companhias que tinha e mais afável para a família”*; *“mais tranquilo e mais contido nas atitudes. Com mais autoestima e a agir de forma mais natural”*; *“...demonstra os seus sentimentos, mais ligado à família.”*; *“sabe estar com os adultos, fala com calma e educadamente, aceita as recomendações, não se revolta, e principalmente não está agressivo e revoltado”*; *“...sereno, bonito, grande, organizado, responsável, está completamente*

diferente como por exemplo explicar ao irmão que deve fazer certas coisas”; “Responsável, obediente, não mente tão frequentemente”.

No que diz respeito à opinião dos pais/representante legais acerca do antes e do depois da Institucionalização dos seus filhos e aos seus sentimentos por vivenciarem toda esta situação, houve várias opiniões, mas 100% admite que a instituição e as estratégias utilizadas estão a conseguir dar resposta a todos os problemas que os jovens têm e que já se conseguem observar algumas melhorias no seu comportamento.

As famílias revelaram que antes do acolhimento sentiam-se perdidas e com alguns problemas no seio familiar, tendo conseguido ultrapassar já algumas das dificuldades que sentiam, desde que o jovem está Institucionalizado, apesar de sentirem um vazio pelo facto de os filhos estarem longe. Alguns também referiram que depois de tantos esforços e tentativas já concretizadas fora da instituição sem qualquer sucesso, o acolhimento do jovem num LIJE seria apenas mais uma e que poderia não obter quaisquer resultados, como anteriormente, mas que hoje em dia, já pensam de outra forma e acreditam num futuro melhor para todos. Também mencionaram que antes de os filhos estarem na Instituição sentiam que a sua vida se estava a perder vendo os próprios filhos recusar tudo que de bom pode existir para uma criança/jovem, mas que hoje conseguem perceber que os seus filhos estão, pouco a pouco, a recuperar alguns aspetos significativos para o seu desenvolvimento integral.

Também 88% dos pais/representantes legais acredita que os seus filhos já encaram a sua vida de outra forma desde que os jovens foram institucionalizados, e 100% admite que esta passagem por esta instituição irá influenciar a sua vida futura. No entanto, 82% refere que o seu filho ainda não está preparado para sair e uma minoria de 18% refere que o seu filho está preparado para enfrentar uma vida no exterior da Instituição. Por outro lado, e apesar de sentirem que o filho ainda não está preparado para ir para casa, 94% dos pais/representantes legais sentem-se preparados para os receber a qualquer momento.

Em relação ao Projeto de Vida e quando questionados se acreditam que os seus filhos poderão ter algum projeto para o futuro, 94% acredita que sim, e apenas 6% respondeu escrevendo *“ainda é cedo para acreditar nisso”*.

4.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Como referimos anteriormente, o estudo aqui apresentado foi realizado num LIJE criado há relativamente pouco tempo, como um projeto-piloto no nosso país. Este tipo de acolhimento surge, no nosso país, por se ter identificado mudanças na tipologia das crianças e jovens acolhidos, essencialmente nas necessidades educativas, autonomia e problemas de conduta (Batista, 2013). Assim, é importante tentar perceber se este tipo de intervenção está a dar resposta adequada aos jovens do nosso país que se encontram em situação de perigo, que colocam outros em perigo e que foram retirados às suas famílias. É importante perceber também qual a opinião dos jovens que passam por este tipo de intervenção, bem como a da sua família, com o intuito de compreender se as estratégias utilizadas estão a ter resultados, analisando se já se verificam algumas diferenças no comportamento destes jovens.

A maioria dos jovens, durante toda a sua história da vida, sofreram de grandes privações emocionais e sociais, abandono e passaram por experiências de maus-tratos físicos e verbais graves que prejudicaram o seu desenvolvimento global. Todos os jovens e seus familiares/representantes legais foram acompanhados por outros serviços, antes da sua institucionalização, e as diversas estratégias de intervenção implementadas não tiveram sucesso. Também alguns dos menores já tinham estado acolhidos em LIJ generalista, que não conseguiram dar respostas às suas principais necessidades. Todos apresentam problemas de baixa autoestima e têm dificuldades em lidar com a frustração, mostrando-se, por vezes, bastante violentos tanto verbal como fisicamente, chegando mesmo a agredir alguns adultos. Existem estudos (Golding, 2010, citado por Batista, 2013) que nos revelam que atualmente as crianças/jovens institucionalizados, cada vez mais, apresentam um conjunto de dificuldades de relacionamento, comportamentos sexuais impróprios, comportamentos alimentares prejudiciais, ansiedade, trauma e problemas comportamentais que envolvem conduta, desafio, falta de atenção e hiperatividade. Todas estas características estão presentes nos jovens acolhidos nesta instituição, sendo necessário um tipo de intervenção especializada.

De acordo com a primeira pergunta de partida, “Que motivos estiveram na institucionalização destes jovens?” conseguimos apurar, de acordo com as respostas dos jovens que todos tiveram comportamentos graves que levaram a Processos Tutelares Educativos, a sua maioria ainda a decorrer, em fase de inquérito. A maioria teve alguma dificuldade em responder às questões talvez por sentirem alguma vergonha dos seus comportamentos no exterior da instituição. No entanto, acabaram por revelar que consideram que estão institucionalizados por faltarem às

aulas e nesse espaço de tempo tinham comportamentos desajustados, que os prejudicavam a eles e chegavam a pôr em perigo quer adultos, quer os seus pais. Também referiram pequenos furtos, invasão de propriedade alheia com destruição com fogo posto, e fugas constantes. Sentem-se responsáveis por estar institucionalizados e têm noção de todos os comportamentos que os prejudicaram no passado e vêem este período como uma oportunidade de mudança.

Os seus pais vão mais longe, e para além de todos estes motivos acrescentam também o consumo de estupefacientes e surtos psicóticos que acabavam por prejudicar e magoar quem estava mais perto, que normalmente seriam os seus pais e colegas. A maioria admite terem sido eles próprios a procurar ajuda junto da Segurança Social e das CPCJ, pois já não sabiam como lidar com o seu filho nem conseguiam já estabelecer relação, limites e regras aos menores e os maus comportamentos que os menores tinham também prejudicou o seio familiar de muitos aqui referenciados. Também podemos verificar que a escola foi outra principal entidade de sinalização dos jovens estes resultados vão ao encontro de Gomes 2010, p. 302, que refere que “Os pedidos de ajuda são feitos diretamente pela própria família ou através de instituições na comunidade”. Nas respostas dadas por os jovens podemos aferir que a sua maioria admite que os principais problemas que tinham eram nas escolas.

De acordo com as repostas obtidas nesta primeira pergunta de partida, Arteaga & Del Valle (2001, citado por Iglésias, 2013) referem que “o AR é um recurso necessário nas situações em que se releva inevitável separar e proteger a criança/jovem do seu contexto familiar, respondendo às suas necessidades particulares, quando a família não está capaz de exercer as suas funções adequadamente, sendo em muitos casos a única resposta possível e disponível, oferecendo um ambiente estável, potenciador da adaptação e socialização das crianças/jovens, estimulando o desenvolvimento psicossocial.” Assim sendo, os pais/representantes legais dos jovens não conseguiram responder às principais necessidades dos jovens permitindo que os jovens chegassem a um descontrolo total, que fez com que necessitassem de ajuda externa. O apoio dado por as CPCJ’S ou EMAT’s anterior ao acolhimento também se mostrou ineficaz e a última hipótese foi o Acolhimento Institucional em LIJE, onde se pode dar aos jovens oportunidade de adquirir e desenvolver novas competências, através de recursos educativos e terapêuticos.

É importante lembrar que os principais critérios de admissão neste tipo de acolhimento passam por comportamentos agressivos, que podem causar sofrimento a eles próprios e aos

que os rodeiam; destruição de propriedades; pequenos e grandes furtos; consumo de estupefacientes, todos eles mencionados pelos jovens e seus familiares/representantes legais.

A segunda pergunta de partida tinha como intuito perceber como foi a fase de acolhimento para os jovens e para os seus pais/representantes legais e como se sentiram naqueles dias. Durante esta fase todos os jovens tendem a passar por uma etapa de grande destabilização, mostrando sentimentos de ansiedade, agressividade e falta de comunicação, “que tornam o processo de acolhimento de extrema relevância, sendo fundamental a transmissão de segurança e conforto” (Graham, 2006, citado por Iglésias, 2013). De acordo com as respostas dadas pelos jovens inquiridos a fase de acolhimento desperta sentimentos de nervosismo, infelicidade e sentem-se zangados com tudo e com todos. Todos estes sentimentos foram também referidos pelos seus pais/representantes legais no dia que viram os seus filhos sair de casa para irem viver para longe. Todos estes sentimentos são considerados normais durante o acolhimento, pois todos os jovens estão, nesse momento, a passar por uma nova experiência, longe de todas as pessoas que eles consideram o seu apoio, e de acordo com um estudo realizado por Del Valle e colaboradores(2001, citado por Batista, 2013), “...aspecto apontado pelas crianças e jovens são as saudades que sentem da sua família”, que os podem levar a ter uma adaptação difícil e mostram-se mais ansiosos nos seus primeiros dias, pois sentem-se sozinhos longe de toda a família.

Sentem também uma responsabilidade acrescida e preocupam-se, no início, em querer agradar os seus pais/representantes legais. A fase de acolhimento e adaptação é considerada a mais complicada e onde se verificam os sentimentos mais dolorosos para os jovens e seus familiares/ representantes legais.

Assim, os profissionais do LIJE, nomeadamente o Técnico Gestor de Caso e o Educador Tutor de cada jovem, devem realizar um acompanhamento muito próximo durante as primeiras 48h, para lhe ser transmitida segurança e confiança. Este momento é muito importante para que o jovem perceba todos os aspetos que envolvem a Instituição, regras, normas, atividades, entre outras, e para que a sua adaptação seja mais facilitadora, pois sairá do quarto de acolhimento com mais capacidade para conseguir realizar tudo o que lhe é indicado e para conseguir sentir-se apoiado por todos. Num estudo realizado recentemente, (Carneiro, 2012), refere que “o acompanhamento permanente e a supervisão cuidada, desde os momentos mais educativos e rigorosos até aos momentos de maior descontração e brincadeira, permitem-lhes desenvolver um papel deveras importante no estabelecimento de

uma ligação emocional”, ou seja, este acompanhamento permanente realizado nas primeiras 48h de acolhimento é indispensável para que o jovem inicie um processo de integração e adaptação aos seus cuidadores e ao tipo de intervenção a ser realizada.

No entanto, e apesar de todo este acompanhamento, a maioria dos jovens responderam ter tido uma certa dificuldade em adaptar-se ao meio envolvente do Lar, o que é bastante normal, pois não é fácil para nenhum passar por esta nova experiência, com regras novas que não tinham por hábito ter que cumprir, já que no exterior da instituição mantinham uma vida sem regras andando à deriva, em situação de abandono. É importante referir que os seus familiares são de imediato avisados assim que estes são acolhidos e é-lhes permitido durante o acolhimento e depois de se sinalizarem quais são as figuras de referência e de grande importância para os jovens, falarem telefonicamente para tentarem colmatar alguns sentimentos de revolta expressos nesse momento.

No que diz respeito aos adultos da instituição e às relações com os menores, podemos verificar que os jovens se sentem apoiados por todos os profissionais que os rodeiam e os acompanham no seu dia-a-dia. De acordo com Pinhel e colaboradores (2009, citado por Pires, 2011), a vinculação afetiva dos cuidadores com as crianças/jovens “são fundamentais para a saúde mental da criança (...) e para o seu desenvolvimento futuro.” Ou seja, todos os profissionais neste tipo de intervenção têm um papel muito importante e do tipo parental muito próximo do real, com uma grande disponibilidade afetiva e comunicativa para com todos os jovens acolhidos.

Verificou-se então nas respostas da maioria dos jovens acolhidos que sabem que têm adultos a apoiá-los e a ajudá-los e sentem que quando necessitam de alguém para conversar e ouvir o que têm a dizer, os profissionais desta Instituição estão presentes e disponíveis para os ouvir e compreender. Este aspeto é de grande importância para os jovens e para o seu percurso de intervenção, pois alguns estudos indicam-nos que o suporte dos cuidadores ajuda a “ultrapassar sentimentos de infelicidade e de angústia associados às vivências anteriores, como um fator chave na prática residencial e na experiência positiva no AR.” (Clough e colaboradores, 2006, citado por Iglésias, 2013)

O jovem no sistema institucional necessita de figuras de afeto e vinculação disponíveis e protetoras que consigam transmitir segurança e estabilidade ao menor e assim, apaziguar sentimentos que o possam levar a ser agressivo ou ter comportamentos menos adequados e

que lhe transmitam bem-estar social e emocional. No entanto, existe ainda um número significativo de jovens que admitem não ter nenhum adulto de referência dentro da instituição, embora a maioria tenha respondido que sim. Aqui é importante referir que é muito importante para este tipo de intervenção existir para cada jovem um adulto de referência com quem possam contar nos momentos que mais precisam e possam olhá-lo como uma figura de referência que devam seguir. Como Gomes (2010, p.96-97) nos refere, todas as crianças/jovens devem elaborar “o livro da vida”, em conjunto com os educadores de referência e os técnicos gestores de caso, que constituem um meio fundamental para o desenvolvimento da identidade própria, permitindo à criança e ao jovem entender e aceitar a sua história de vida, bem como proceder à consequente organização mental da mesma, em função das suas limitações e capacidades, e num contexto descontraído, lúdico e apelativo.

Assim, de acordo com alguns estudos recentes, Mota (2008, citado por Iglésias, 2013), “...as relações de qualidade favorece experiências positivas, as quais diminuem as dificuldades emocionais nas crianças/jovens acolhidos.” Pelas respostas dadas por os jovens a intervenção não está posta em causa, pois e apesar de não terem, alguns, um adulto de referência, sentem que têm adultos no Lar que os acalmam e com quem podem contar, e desabafar, que os compreendem e que os fazem pensar na vida e nos seus comportamentos o que é favorável para a intervenção. É importante referir ainda que a maioria dos jovens refere ter algum receio em portar-se mal e decepcionar os adultos, como também algum receio em ser agressivos e não conseguirem controlar-se.

Os familiares destes jovens fazem também a avaliação acerca dos profissionais e das estratégias de intervenção utilizadas que consideram muito boas, e admitem ter um bom relacionamento com todos os profissionais, sentindo-se assim, apoiados e ajudados, nutrindo algum conforto em saber que o seu filho está na Instituição.

Verificamos através dos resultados obtidos, que o companheirismo entre os jovens acolhidos também é v por todos, quando referem que se preocupam com os colegas. A vinculação entre os jovens é indispensável neste tipo de intervenção, pois podem ajudar-se uns aos outros a adquirir melhores competências sociais, especialmente aumentar a sua autoestima, e a aprender a gerir conflitos, e a respeitar os adultos.

São todos os momentos de atenção, de afeto, sentimentos de segurança, de preocupação transmitidos por os adultos, que ditam a segurança e estabilidade emocional dos jovens, um

ambiente feliz e um bem-estar entre todos no Lar. Assim, e como podemos verificar os jovens acolhidos sentem-se felizes por serem quem são e demonstraram ter orgulho no que fazem, ou seja, a maioria dos jovens neste momento não sente que esteja infeliz, mas sim, satisfeitos com a sua vida e com toda a ajuda que recebem e com todas as atitudes, sentimentos e comportamentos que conseguem transmitir no momento. Deparamo-nos então com a qualidade dos serviços prestados pelos cuidadores que como nos refere Davis (2003, citado por Batista, 2013), “o desenvolvimento dos jovens institucionalizados pode ser pautado pela vivência com outras figuras significativas que possam dar resposta de qualidade, potenciando, assim, o desenvolvimento adaptativo.”

Todos os jovens mostram que estão satisfeitos com a intervenção realizada pelos profissionais da instituição e estão, de alguma forma já adaptados ao seu meio envolvente. Estas experiências relacionais com os adultos cuidadores criam, nos jovens uma certa organização interna, promotora de relações interpessoais e promotora de um autocontrolo. O estudo realizado por Mota e Matos (2010, citado por Batista, 2013) conclui que estas boas relações entre cuidador e jovem potenciam a capacidade de resolução de problemas em várias situações, sendo que o papel do cuidador deve ser parecido com o papel parental que se mostram disponíveis para compreender as suas angústias, medos, expectativas e problemas.

No entanto, e apesar de se sentirem ajudados e controlados no interior da instituição muitos jovens referiram que se sentem melhor fora da instituição, pois estão longe de suas famílias. Existem ainda alguns que referiram sentir-se melhor no interior do Lar e outros com algumas dúvidas, transmitindo alguma confusão de sentimentos, respondendo em ambos os locais. Este facto deve-se à transmissão de segurança, afeto e confiança, como já foi referido anteriormente, que os jovens conseguem encontrar no interior da Instituição, sabendo que no exterior não encontram nenhum tipo de compreensão e ajuda por parte até dos seus familiares.

É importante referir, também, que a distância que se verifica entre os jovens e seus familiares/representantes legais prejudica as visitas destes ao Lar e também as idas dos menores a casa. Estas visitas são consideradas regulares pelos pais/representantes legais, mas não com uma frequência tão desejada por estes por não terem capacidades económicas para as deslocações. Este facto também prejudica a intervenção dos técnicos com as famílias, por não obter a verdadeira realidade da situação familiar de cada um. As ajudas de equipas de intervenção na área de residência de todas estas famílias/representantes legais eram aqui, um

ponto fulcral para todo o processo e que embora elas existam, estes não sentem qualquer apoio por parte de equipas no exterior da Instituição.

Uma outra pergunta de partida refere-se à importância de se conhecer a perceção dos pais e dos jovens acerca das estratégias terapêuticas e se revelam já alguns resultados positivos ou até uma eventual mudança de comportamentos e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais por parte dos jovens. De acordo com estudos recentes, o desenvolvimento de programas residenciais nos últimos anos tem vindo a promover o bem-estar dos jovens acolhidos e o seu desenvolvimento integral (Iglésias, 2013). Assim sendo, e de acordo com as respostas dadas por as famílias/representantes legais, as mudanças esperadas já se verificam na maioria dos jovens e são referidas por estes com muita satisfação. Admitem que hoje, conseguem ter um relacionamento positivo com os menores e sentem-nos já mais ligados à família. A autonomia é outro aspeto referido, sendo que notam rotinas bem definidas na higiene pessoal, nas refeições e nos horários de dormir. Alguns referem também que nas idas a casa os sentem presentes no dia-a-dia e respeitam todas as regras estabelecidas. Na higiene pessoal aqueles que tinham algumas dificuldades, atualmente, e de acordo com os seus pais/representantes legais, estão mais responsáveis e já a fazem sem qualquer oposição e de forma correta.

As regras bem estruturadas e as ordens estabelecidas diariamente são estratégias que fazem parte deste mundo especializado e é difícil transmitir, pois anteriormente hábitos e regras não eram palavras que fizessem parte da vida destes jovens. No que diz respeito a sentimentos mostram-se mais calmos, respeitadores, mais educados, responsáveis, tranquilos, mais felizes, mais comunicativos, mais contidos nas suas atitudes, mais caseiros, mais próximos do seu seio familiar, obedientes, acatando todas as indicações assertivas e sendo muito mais colaborantes em tudo.

Todos os sentimentos, comportamentos e dificuldades apresentados antes da Institucionalização destes jovens no LIJE, estão a desaparecer e as “coisas estão a entrar no caminho correto”, e acreditando os pais num futuro melhor para si próprios e para os seus filhos.

Por último, é também fulcral perceber como encaram os jovens e os seus representantes legais esta experiência de acolhimento e como percecionam o futuro. Os pais/representantes legais dos jovens foram expressivos e mencionaram os seus principais receios e os principais

sentimentos que fluíram no dia do acolhimento, sendo que a maioria ficou com dúvidas de que este tipo de intervenção fosse favorável ao seu filho, até porque já tinham falhado anteriormente tantas estratégias e pensavam que esta seria mais uma. No entanto, e em consonância com outros estudos (Carvalho e Manita, 2010, citado por Batista 2013), passados alguns meses de acolhimento e intervenção, e depois de conhecerem bem todos os educadores, técnicos, colegas e instituição, estes já acreditam ser esta a intervenção adequada para os seus filhos e consideram esta passagem pela Instituição fulcral para alterar comportamentos nos jovens.

No que concerne aos sentimentos de arrependimento de tudo o que fizeram no seu passado os jovens mostram-se arrependidos dos seus comportamentos, e nomeadamente como eles próprios referiram, agressões físicas aos seus pares, adultos e até familiares, faltar às aulas, matar animais intencionalmente, atear fogo, crimes leves e fugas constantes de casa e de outras instituições. Assim, e depois de toda a intervenção realizada com os menores no interior da Instituição já consideram ver a sua vida de uma outra forma mais positiva e acrescentam já ter um Projeto de vida delineado, que passa, essencialmente, por arranjar um emprego e constituir uma família.

De acordo com os jovens, a passagem por esta Instituição foi muito gratificante e muito importante para alterar os seus comportamentos e a sua maneira de pensar, sendo que se sentem já preparados para sair e estão conscientes que a ajuda dos seus familiares/representantes legais vai ser importante no decorrer do seu projeto de vida. Da parte dos seus pais/representantes legais, ainda existe um longo percurso a realizar com os seus filhos, apesar de sentirem já algumas mudanças, não consideram que os jovens estejam preparados para sair da instituição, isto porque o tempo de intervenção ainda é considerado insuficiente para existir, nos jovens uma mudança global.

Assim sendo, os jovens vêem este acolhimento como uma oportunidade de mudança, como referido anteriormente, e sentem que já conseguiram interiorizar alguns aspetos e atitudes positivas que poderão contribuir para um futuro melhor e mais construtivo. Na opinião destes jovens o meio envolvente do Lar fá-los sentir calmos e controlados. Sentem o apoio dos adultos e sentem como se tivessem outra família. Admitem ter aprendido a controlar alguns comportamentos menos apropriados e desajustados e a controlar-se nos momentos difíceis. Chegam mesmo a referir que no dia que saírem não vão a sorrir e sabem que vão deixar

grandes amizades, tanto em relação aos adultos como aos outros jovens, e que nunca esquecerão este Lar e as pessoas envolvidas.

Mostram alguma preocupação com o seu futuro e mostram também já ter alguma esperança em melhorar a sua vida no exterior da Instituição.

Apesar de existirem estudos que apresentam conclusões negativas em relação à institucionalização dos jovens, Knorth, Harder, Zandberg e Kendrick (2008, citado por Batista, 2013), concluíram que passado algum tempo em acolhimento residencial, os jovens desenvolvem o seu “funcionamento psicológico.” Assim, e em consonância com este estudo, os pais/representantes legais admitem a passagem por esta Instituição já contribuiu para que os seus filhos alterassem a “maneira de ver a vida” e assim, acreditam no seu futuro. Já conseguem perspetivar que todos eles poderão ter um projeto de vida favorável e mais adequado. Na sua opinião todas as estratégias de intervenção utilizadas nesta Instituição estão a sortir efeito e vão conseguir dar resposta às principais necessidades de cada jovem, pois já consideram ter havido uma grande melhoria no seu comportamento. Como nos refere Gomes (2010, p. 309) “a intervenção orienta-se de forma a desenvolver nos jovens uma cultura de participação, de colaboração, de convivência em grupo que seja conducente a uma interiorização da necessidade de mudança dos seus comportamentos, com a conseqüente concretização da mesma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revela-se, de alguma forma, pioneiro, na medida em que os LIJE's são projetos recentes no nosso país, não conhecendo ainda nenhum estudo sobre os resultados que as estratégias utilizadas neste tipo de Intuições podem surtir nos jovens e nos seus familiares/representantes legais.

É de conhecimento de todos a forma como funcionam os Lares generalistas em Portugal, e já foram realizados vários estudos sobre o funcionamento e o bem-estar deste tipo de acolhimento. No entanto, os LIJE's nascem com o intuito de fazer face às principais necessidades de jovens com problemas de comportamento ou de saúde mental. A ênfase neste modelo está relacionada com as mudanças ocorridas, nos últimos anos, no perfil das crianças/jovens acolhidos, exigindo uma intervenção especializada para atender às suas necessidades concretas. Acresce ao modelo familiar, um contexto terapêutico capaz de proporcionar uma resposta ajustada às problemáticas apresentadas. No entanto, e de acordo com alguns estudos (Pires, 2011), ainda existe um longo caminho a percorrer, pois as relações dos jovens com os profissionais das instituições distintas a um ambiente familiar real.

Existem alguns tipos de problemáticas que levam a que o jovem necessite de proteção, num espaço que lhe consiga transmitir segurança e estabilidade e que todos os adultos que o rodeiam consigam mostrar que o compreendem e assim, arranjar estratégias de intervenção para promoção de competências e mudanças internas. São todos jovens com experiências anteriores marcadas por longos períodos de maus tratos, negligência e abuso, logo com grandes dificuldades emocionais.

As Instituições, no geral, têm um papel essencial no crescimento emocional, cognitivo e social de crianças/jovens que, por algum motivo, foram privados de crescer numa família íntegra de todos os modelos educacionais adequados à realidade e conduta acertada. Este tipo de acolhimento não é exceção e, através dos seus modelos terapêuticos de intervenção levamos a uma “terapia comportamental e sistémica, *coaching*, treino de adaptabilidade sociocultural, treino de competências recreativas e de parentalidade positiva, assertividade, autocontrolo, competências de comunicação e promoção de dinâmica familiar, ajustada às necessidades da criança” (Gomes, 2010, p. 252-253) que se traduzem, também em satisfazer as necessidades básicas como a alimentação, saúde, higiene, educação e socialização.

Pretende-se conseguir mudanças internas nos jovens e alterar vários comportamentos inadequados praticados pelos mesmos.

De acordo com o estudo realizado por Pires (2011), existe ainda uma grande dificuldade em criar laços e vinculação, através de afeto e confiança entre os cuidadores e os jovens, que assim, pode dificultar o trabalho de autonomização que deve ser feito com os jovens Institucionalizados. Deste modo, a Instituição onde foi realizado o estudo é recente e é essencial verificar se o seu modelo terapêutico de intervenção está a surtir algum efeito nos jovens, como também nos seus familiares/representantes legais, e perceber qual a percepção de ambos no presente e no futuro.

Como podemos verificar na revisão teórica efetuada, os principais critérios de admissão nos LIJE's são: os comportamentos agressivos que ameaça, persegue, atormenta ou causa sofrimento às outras pessoas, pares e adultos; incitação frequente a lutas corporais; submissão de alguém – adultos ou pares- a atividade sexual forçada; uso de crueldade com pessoas ou com animais, ferindo-as fisicamente; comportamentos agressivos que causem prejuízo ou destruição de propriedade; jovens com comportamentos aditivos; jovens com dificuldades em estabelecer relações; variadas oscilações de humor; fraca tolerância à frustração; tendência à impulsividade; isolamento ou ausência de comunicação verbal; curtos períodos de atenção; entre outros.

Assim, percebemos que todos os jovens acolhidos nesta Instituição têm graves problemas de comportamento e têm também algum comprometimento cognitivo ligeiro ou moderado. Todos têm, também características globais que revelam baixa autoestima, dificuldade em lidar com a frustração e facilmente exibem comportamentos de alguma violência verbal e física para com os seus pares e adultos.

Como primeira conclusão, e de acordo com a primeira questão de investigação, em consonância com estudos realizados recentemente (Batista, 2013) verificamos que os principais motivos de acolhimento revelados pelos jovens e seus familiares/representantes legais foram o abandono e insucesso escolar; agressões físicas a pares e adultos; pequenos e grandes furtos; invasão e destruição de propriedade alheia com fogo posto; fugas constantes; surtos psicóticos incontrolláveis que punham em risco o próprio jovem e todos aqueles que o rodeiam e o consumo de estupefacientes, ou seja, problemas de delinquência e saúde mental.

Os jovens mostraram algum receio em especificar quais os motivos que os levaram a ser acolhidos, talvez por alguma vergonha. Todos estes comportamentos levaram a que os seus pais/representantes legais sinalizassem os seus próprios filhos, sentindo-se incapazes de cuidar e controlar os menores, como também as escolas, não tendo recursos para responder a todas estas necessidades específicas conduziu a uma procura de ajuda externa.

Na opinião dos jovens a responsabilidade da sua institucionalização deve-se a eles próprios, mas encaram-na como uma oportunidade de mudança, onde lhe poderá ser transmitido novos valores, novas condutas, novas competências e dar respostas a todas as suas principais necessidades. Para os pais/representantes legais esta é uma nova oportunidade e referem não se sentirem culpados por nenhum dos comportamentos verificados.

No que diz respeito ao acolhimento, e como conclusões relativas à segunda questão de investigação a fase do acolhimento é considerada complicada, onde tendem a passar por alguma destabilização emocional, com alguma ansiedade que os fazem, normalmente recordar acontecimentos dramáticos anteriores. Assim, é essencial transmitir sentimentos de segurança e realizar um acompanhamento muito próximo durante esta fase. O acolhimento é realizado num tempo de 48h, onde estão presentes apenas o jovem e os adultos, que devem ser logo sinalizados como adultos de referência, ou seja, um Técnico que será o gestor de caso e um educador que será o Educador Tutor. Aqui o menor deve conseguir estabelecer alguma relação de confiança com estes adultos e deve também, perceber o porquê de estar ali, qual o funcionamento da instituição, as regras, horários e objetivos da casa. São também realizadas algumas atividades que levam a conhecer os interesses e medos do jovem para se conseguir iniciar a intervenção adequada e individualizada com cada um, de acordo com as suas necessidades e principais interesses e também para a elaboração do seu PSEI.

Para os jovens e seus pais/representantes legais foram momentos de infelicidade, nervosismo e sentiram-se zangados com tudo e todos, pois depararam-se com uma nova realidade que não conheciam. Aquando integrados no grupo, iniciam o seu processo de adaptação, às regras e normas da Instituição bem estruturas e a uma nova realidade que anteriormente não conheciam, pois viviam à deriva, sem regras e não se sentiam na obrigação de cumprir fosse o que fosse, o que os levou a ter uma adaptação considerada difícil, que se apresenta em consonância com estudos já realizados anteriormente (Santos, 2010).

Toda a intervenção realizada nesta instituição é complexa, não estando centrada apenas num modelo. Os jovens devem estar envolvidos na estruturação do dia-a-dia, nas regras, no funcionamento, e devem também, dar opiniões sobre atividades ou outras estratégias que possam contribuir para o seu futuro. Em harmonia com Carneiro, (2012) o acompanhamento permanente dos jovens e a supervisão cuidada ao pormenor confere um papel deveras importante aos cuidadores, que assumem um dos papéis mais relevantes na intervenção. Aqui, nasce a relação entre o cuidador e o jovem, que deve ser de alguma proximidade e afetividade. No geral, e ao contrário de várias investigações (Santos, 2010; Pires, 2011) os jovens sentem-se apoiados pelos adultos da casa, e sentem que quando necessitam têm alguém para os ouvir e compreender, o que os leva a acalmar e a refletir sobre os seus comportamentos. Todos estes profissionais devem ter um papel, enquanto substitutos da figura parental, com alguma disponibilidade e paciência, para que consigam acompanhar a intervenção do menor de forma correta, sabendo como devem ouvir e comunicar com os jovens. Não devem, também desistir dos jovens, mas sim elaborar estratégias de intervenção adequadas a cada um, individualmente e se necessário modificá-las.

Neste tipo de intervenção devem existir vinculações seguras entre o cuidador e os jovens, onde possam contribuir como referências, transmitir modelos adequados e saudáveis e ensinar novas competências e novos modelos a todos os jovens. Segundo estudos recentes (Iglésias, 2013), as vivências em contexto institucional próximas de uma realidade familiar trazem benefícios à intervenção facilitando o trabalho individualizado. Os adultos de referência acabam por ser um elemento fulcral na intervenção dos jovens, pois que pode ajudar na sua organização interna e na sua estabilização emocional. A maioria dos jovens considera já ter um adulto de referência dentro da Instituição. Mas, na minha opinião, e devido à importância que existe na relação entre cuidador e jovem acolhido, ainda existe um número elevado de jovens que não considera ter um adulto de referência, embora se sintam todos bem apoiados e compreendidos.

Assim, existem estratégias de intervenção terapêuticas importantes no campo da comunicação entre cuidador e jovem acolhido, é importante lembrar que a **negociação e a indagação** fazem com que os jovens se responsabilizem pelos próprios comportamentos, fazem com que os jovens consigam entender certas atitudes e assim, pensar na sua vida e negociar uma solução para as resolver levando a uma maior capacidade de responsabilização sobre os seus comportamentos, e arranjar outras formas de atuação que não façam sofrer ninguém. Aqui, o

grande objetivo de intervenção é a capacidade de interação e compreensão entre o cuidador e o jovem e como Gomes, 2010, p. 295, nos refere os adultos devem evitar “o autoritarismo, analisando minuciosamente e em conjunto com o jovem o seu percurso de vida, criando um clima de confiança e de respeito mútuo, de disponibilidade, de ajuda na gestão das expectativas do jovem face à concretização do seu próprio projeto de vida, de firmeza tomando decisões de forma assertiva e transparente”. Deve-se pôr, também, sempre, o jovem a pensar no que aconteceu e como poderia ter alterado tal comportamento, bem como sobre o que poderia acontecer se não tivesse ocorrido tal comportamento, pode assim, conseguir-se que ganhem sentimentos mais positivos e comportamentos mais refletidos. São estes momentos considerados indispensáveis à alteração de pensamentos e comportamentos dos jovens, que estes sentem como importantes para si, admitindo já que são uma grande ajuda para conseguirem ver resultados nas suas mudanças psicossociais, de autocontrolo e autonomização.

Existe também, um bom relacionamento entre pais/representantes legais e os profissionais da Instituição, sentindo-se apoiados e ajudados, e mostram até algum conforto em saber que o filho está institucionalizado no LIJE. Fazem uma avaliação muito positiva de todo o trabalho desenvolvido na Instituição, avaliando-o como “muito bom”, e têm a opinião de que esta intervenção será a mais adequada à problemática dos seus filhos.

É importante referir que se pode concluir que a relação que os jovens têm com os cuidadores da Instituição é tão próxima que quando saírem vão, certamente deixar grandes amizades e nunca esquecerão todo o carinho e ajuda que receberam.

São todos estes momentos de atenção, afeto, segurança e preocupação transmitidos por todos os profissionais do LIJE que ditam a segurança e estabilidade emocional de cada um, o que os fazem admitir que atualmente se sentem felizes e satisfeitos com a vida que levam.

Assim, e em conformidade com Carneiro (2012), verificamos que os cuidadores estão presentes em várias funções e em diferentes contextos do processo de intervenção dos jovens institucionalizados, e assim, contribuem e facilitam o processo de desenvolvimento integral dos menores.

Para além desta grande proximidade que existe entre os cuidadores e jovens institucionalizados e para se complementarem, existem estratégias que transmitem pensamentos positivos, condutas corretas, emoções positivas, novas aprendizagens e novas

competências que possam utilizar no seu futuro. As estratégias terapêuticas têm o objetivo de autorregular todos os jovens, em função do seu comportamento, e assim, têm o dever de ajudar os menores a iniciar um processo de mudança interna e externa.

Alguns estudos recentes (Batista, 2013) chegaram à conclusão que as Instituições não estão a dar resposta às principais necessidades dos jovens acolhidos, pois o modelo de intervenção não é adequado e as estratégias adotadas não correspondem às necessidades dos menores, o que leva a crer que o caminho da especialização é o mais adequado. Assim, neste estudo de caso, podemos concluir que, e apesar de a intervenção ser ainda recente, este tipo de intervenção terapêutica é a mais correta para o tipo de problemáticas que estes jovens apresentam e já denotam eventuais mudanças comportamentais, interpessoais, sociais e culturais por parte dos jovens. Assim, é referida a melhoria na relação entre jovens e pais havendo um relacionamento mais positivo, e existe também, uma maior ligação à família por parte dos jovens, que se tinha perdido no passado. Mostram-se mais calmos, obedientes, tranquilos, mais contidos, mais comunicativos, mais felizes, mais educados, mais responsáveis e mais assertivos e colaborantes.

Os resultados não são concordantes com o estudo de Carneiro, (2012), que referiu ser essencial dar formação aos cuidadores para que pudessem contribuir para o desenvolvimento pessoal dos jovens, as melhorias na autonomia são notórias nesta instituição, essencialmente na higiene pessoal, nas refeições, e nos horários de dormir. Verifica-se então que um dos principais objetivos dos LIJE's, o treino de competências pessoais e sociais, está a dar já resposta aos jovens acolhidos, sendo que cada um já realiza as rotinas essenciais do dia-a-dia sem qualquer problema.

As regras bem estruturadas e as ordens e indicações diárias estabelecidas pelos adultos da instituição são estratégias que fazem parte deste contexto especializado. O dia-a-dia dos jovens está bem definido e encaminhado, com orientações bem estruturantes que fazem o menor ter um dia organizado, e de acordo com Santos, (2010), é sem dúvida através destas rotinas e condutas diárias que os jovens vão conseguindo adquirir e desenvolver capacidades, e a saber cuidar de si próprios, ganhando assim, novas responsabilidades. Toda esta estruturação na Instituição faz com os jovens mostrem já uma própria organização do seu tempo e do seu comportamento no exterior da Instituição. Uma das principais alterações de comportamentos verificadas pelos pais/representantes legais é a rotina dos jovens, pois

respeitam-nos, estão obedientes, participativos nas tarefas do domicílio, nos horários das refeições, nos horários da higiene pessoal e até ao deitar.

Mostram-se também arrependidos por terem tido alguns comportamentos desadequados no exterior da instituição, como por exemplo, matar animais, agressões físicas praticadas aos pares e adultos, atear fogo, crimes, fugas, entre outros. Hoje em dia, já admitem que se pudessem voltar atrás não iriam ter tais atitudes e já conseguem pensar em outras estratégias para usar quando se sentem incapazes de cumprir as normas adequadas em sociedade. Sentem-se seguros e controlados no interior da Instituição e com o apoio dos adultos e profissionais do lar sentem que irão ter novas oportunidades na vida e que aproveitar.

Assim, podemos concluir que as estratégias de intervenção utilizadas no LIJE oferecem aos jovens um conjunto de oportunidades relacionais, humanas, educacionais e de formação que potenciam uma transformação interna nos jovens, já verificada, quer individualmente, quer em grupo, para que o jovem não necessite de recorrer a comportamentos disruptivos, delinquentes e patológicos, e que consigam comunicar de forma correta e também, ajudar no seu desenvolvimento pessoal e social. Todos os pensamentos, sentimentos e dificuldades presentes nos jovens antes da sua institucionalização estão a desaparecer e já se verificam novas mudanças e um caminho positivo. Também, Iglésias, (2013), num estudo recente concluiu que as estratégias utilizadas em AR promovem o bem-estar dos jovens acolhidos e poderão oferecer resultados positivos de desenvolvimento.

Os jovens e pais/representantes legais já acreditam num futuro melhor e acreditam que a intervenção realizada está a ter resultado. Preveem para o futuro um projeto de vida que inclui arranjar um emprego e constituir família. Acreditam que todas as estratégias utilizadas estão a surtir efeito na modificação de pensamentos, comportamentos e mentalidades.

Assim sendo, o acolhimento no LIJE é visto pelos jovens e seus familiares/representantes legais como uma oportunidade de mudança, onde os jovens vão conseguir alterar certos pensamentos, atitudes e comportamentos que no futuro os irão ajudar a autorregular-se em situações que lhes causam desconforto. Esta institucionalização irá contribuir para um futuro melhor e mais construtivo. A harmonia familiar que se perdeu no passado, está neste momento a reaparecer e a relação entre jovens e família/representantes legais está a ser fortalecida.

Podemos concluir que este LIJE está a desenvolver um trabalho adequado às problemáticas de cada jovem acolhido. É certo que com apenas um ano ainda todos os profissionais têm muita experiência a adquirir e novas aprendizagens também virão, mas de acordo com as mudanças verificadas nos jovens e na perceção dos seus familiares/representantes legais, o modelo de intervenção utilizado é correto e adequado e está a fazer face às problemáticas.

Uma necessidade que foi sinalizada durante a recolha de dados, foi a presença dos pais/representantes legais, pois devido ao facto de a distância ser grande e as visitas não serem de forma muito regular, os questionários tiveram que ser enviados pelos jovens, quando da interrupção letiva do Natal. O estudo realizado e as respetivas conclusões poderiam ter ficado mais enriquecidas se tivesse sido possível aplicar os questionários às famílias presencialmente.

No que se refere aos jovens, se os questionários tivessem sido aplicados por alguém exterior à instituição, talvez os menores se tivessem sentido mais confiantes a responder, sem receio de que houvesse alguma ligação às EMAT ou aos Tribunais, e talvez tivessem relatado mais pormenores.

Não esquecendo o papel importante que as famílias/representantes legais têm na intervenção com os jovens é importante referir que não tem existido um trabalho e intervenção com estes, por parte das equipas das CPCJ's ou EMAT's pertencentes a cada localidade. Aspeto este, muito importante, e a melhorar no futuro, em que a Equipa Técnica da Instituição tem que conseguir maior ligação e estabelecer um trabalho de parceria com as outras equipas, no sentido de proporcionar também algumas mudanças internas e externas nas famílias/representantes legais, que por vezes precisam, tanto ou mais que os jovens, e podem também prejudicar o trabalho desenvolvido com os menores.

Seria muito importante que outros estudos continuassem a debruçar-se sobre este tema, e que pudessem aprofundá-lo. Ou seja, num futuro próximo é essencial conhecermos o caminho que os LIJE's em Portugal estão a seguir, e conhecer a opinião de todos os jovens acolhidos e seus familiares/representantes legais, com o intuito de conhecer melhor a realidade destas Instituições, que têm todas os mesmos objetivos e o mesmo modo de funcionamento.

Será também crucial promover investigações sobre a saída dos jovens para o exterior da Instituição. Esta pesquisa é essencial para, com base nas evidências, se determinar se estes novos modelos terapêuticos de intervenção estão a fazer face às diferentes problemáticas e a

responder às principais necessidades dos jovens. Sabemos que é um modelo artificial e seguro sendo fundamental perceber se os jovens no exterior da Instituição e estando próximos das suas realidades conseguem ultrapassar os obstáculos e concretizar um projeto de vida adequado e com condutas corretas, já que o projeto de vida habitual para estes jovens é o regresso à sua família de origem.

Neste contexto, é necessário realizar outras investigações que continuem a procurar conclusões sobre o desenvolvimento de estratégias terapêuticas utilizadas em LIJE's, associados a resultados positivos ou negativos com a perspetiva de alterar ou melhorar as técnicas terapêuticas utilizadas, bem como as condições e cuidados prestados aos menores.

Referências Bibliográficas

Antunes, M. D. P. (2011). *Fatores de risco e de Proteção associados à resiliência: Estudo comparativo entre adolescentes que vivem com a família e adolescentes acolhidos em lar de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado em Educação Especial. Universidade Técnica de Lisboa.

Batista, S. T. (2013). *Características do contexto de acolhimento residencial e comportamentos dos jovens acolhidos*. Dissertação de Mestrado não publicada; Mestrado integrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Bolieiro, H. & Guerra P. (2009). *A Criança e a Família – uma Questão de Direitos, visão prática dos principais institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*. Coimbra Editora

Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das instituições particulares de solidariedade social. In *Atas do Colóquio “Os jovens e os caminhos de futuro.”* Universidade de Coimbra. Consultado em: 15 de Dezembro de 2013 <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Teresa%20Cansado.pdf>

Carneiro, D. C. G (2013). *O Desenvolvimento de Crianças e Jovens Institucionalizados: as perspetivas dos cuidadores*. Dissertação de Mestrado; Mestrado integrado em Psicologia. Universidade do Porto

Carvalho, T. & Manita, C. (2010) Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A.T. Almeida, R. Cabecinhas, R. Gomes, C. Machado, A. Maia, A. Sampaio, & M. C. Taveira (Eds.). *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3326-3335). Braga. Universidade do Minho.

Costa, N. R. A. & Rosseti-Ferreira, M. C. (2008). Acolhimento Familiar: Uma alternativa de Protecção para Crianças e Adolescentes. *Psicologia: 22(1)*, 111- 118.

Delgado, P. (2011). *O Acolhimento Familiar de Crianças: Uma perspetiva ecológica*. Porto: Profedições, LDA

Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica: o processo de comunicação no sistema familiar: *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, LDA

Iglésias, J. M. M. (2013). *Bem-Estar Subjetivo de jovens em Acolhimento Residencial: Impacto das variáveis do contexto*. Dissertação de Mestrado (não publicada); Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Lares Especializados para jovens com problemas de comportamento, Modelo Terapêutico de Intervenção – Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro: Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo. *Diário da República – I Série – A, nº. 204, 1-9-1999*

Lei nº. 11/2008 de 17 de Janeiro: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. *Diário da República – I Série – nº 12, 17 de Janeiro de 2008*

Maia, J. M. D.; Williams, L. C. de A. (2005) “Factores de risco e factores de protecção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*”, Vol.13, nº2, 91 – 103

Martins, P. C. (2005a). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens – As respostas institucionais. Intervenção realizada no *VI Encontro Cidade Solidária*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa. Consultado em 20 de Janeiro de 2014: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servicos%20de%20Protecao%20a%20Crianças%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>

Martins, P. C. (2005b). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional – Elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade. Comunicação realizada no Encontro *Inadaptação Social: Transformações, Intervenção e Avaliação*. CID. Porto. Consultado em 15 de Janeiro de 2014: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>

Pacheco, Paulo Jorge Carvalho (2010). “Lares de Infância e Juventude. Contributos para um modelo de acolhimento e integração social”, Universidade Fernando Pessoa. Porto

Palmeira, A. M. V. S. A (2012). *“Percepção, representações e lógicas das crianças sobre o mau-trato – Estudo em Sociologia da Infância”*. Tese de Doutoramento em Estudos da criança, Universidade do Minho

Pardal, L. & Lopes E.S. (2011). *“Métodos e Técnicas de Investigação Social”*. Porto: Areal Editores

Pires, S. A. C. (2011). *“A promoção da autonomia em jovens Institucionalizados”*, Escola Superior de Bragança, relatório de estágio para obtenção de grau de Mestre em Educação Especial

Rafael, C. M. S. S. (2008). *A Importância da Intervenção das comissões de Proteção de Crianças e Jovens como Instituição Interveniente na Problemática de maus-tratos a menores*. Universidade Fernando Pessoa. Porto

Ribeiro, M^a C. O.; Sani, A. I. (2009). *“Risco, protecção e resiliência em situações de violência. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde.”* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa

Santos, M. A. M. (2010). *“O Acolhimento Institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos”*, Dissertação de Mestrado; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Sousa, L.; Pires, S. & Galante, H. (2005). Crescer em famílias de acolhimento: padrões de vinculação, psicopatologia e influência dos estilos educativos parentais. *Psychologica*, 40, 279-303

Williams, L. M. D. M; Albuquerque, L. C. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão na área. *Temas de Psicologia*, Vol. 13, n.º 2, 91-103.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário aos Pais ou representantes legais dos jovens acolhidos

Idade:

Estado Cívil:

Naturalidade:

Nível Escolar:

Profissão:

1. É a primeira vez que o seu filho está numa Instituição?

Sim Não

2. Como se sentiu no dia que o seu filho foi para a Instituição?

Satisfeito Com medo Zangado Nervoso Infeliz

Descreva um pouco quais os seus sentimentos/pensamentos nas primeiras 48h sem o seu filho.

3. Quem sinalizou o seu filho à CPCJ?

Pai Mãe Escola Médico

Outros Quem? _____

4. Qual o motivo da Institucionalização do seu filho?

5. Acha que esta Institucionalização é...

Uma oportunidade de mudança Um castigo

6. Sente que, de alguma maneira, é responsável por o seu filho estar-insitucionalizado?

Sim Não

Se respondeu sim, explique porquê?

7. Acha que a intervenção realizada na instituição é adequado para o seu filho?

Sim Não

8. Sente algum apoio por parte de todos os profissionais da Lar?

Sim Não

9. É acompanhado por outro serviço na sua área de residência?

Sim Não

Se sim, qual? _____

10. Descreva um pouco a relação que tinha com o seu filho antes de ser institucionalizado e agora, depois de ele estar na Insituição.

11. Realiza visitas regulares ao seu filho?

Sim Não

Se respondeu não, indique qual o motivo.

12. Tem um bom relacionamento com os profissionais que cuidam do seu filho?

Sim Não

13. Avalie o desempenho da Equipa de trabalho que acompanha o seu filho:

Muito boa Boa Razoável Má Muito má

14. Sente-se descansado com o seu filho Institucionalizado?

Sim Não

15. Já notou alguma mudança no seu filho desde que está a viver na Instituição?

Sim Não

Se sim, descreva as mais significativas.

16. Em algum momento se achou incapaz para cuidar/educar o seu filho?

Sim Não

17. Acha que houve alguma alteração na maneira como o seu filho encara a vida desde que está na Instituição?

Sim Não

18. Acha que o seu filho, depois de sair da Instituição vai conseguir ter um projeto de vida?

Sim Não

19. Acha que a passagem pela Instituição vai influenciar alguma coisa a vida futura do seu filho?

Sim Não

20. Sente que o seu filho está preparado para sair da Instituição e ir para sua casa?

Sim Não

21. Sente-se preparado/a para receber o seu filho em casa depois de este sair da Instituição?

Sim Não

22. Acha que o seu papel de mãe/pai é muito importante para o futuro do seu filho?

Sim Não

23. Descreva um pouco os seus sentimentos acerca da Institucionalização do seu filho e a sua opinião sobre o antes (quando ele estava em sua casa) e o agora (o seu filho viver numa instituição).

Obrigada pela sua colaboração!!!

Adaptado de Santos (2010)

ANEXO 2

Questionário aos jovens acolhidosⁱ

Idade:

Naturalidade:

Nível Escolar:

1. Há quanto tempo estás a viver neste Lar ?

Mais de 6 meses Há menos de 6 meses

2. Tiveste dificuldade em adaptar-te às regras que tens que respeitar aqui?

Sim Não

3. É a primeira vez que vens para uma Instituição?

Sim Não

4. Como te sentiste no primeiro dia?

Satisfeito Com medo Zangado Nervoso Infeliz

Diz quais foram os teus sentimentos/pensamentos nos primeiros dias em que ficaste aqui

5. A tua integração no grupo foi difícil?

Sim Não

6. Qual o motivo da tua Institucionalização?

7. Achas que esta Institucionalização é...

Uma oportunidade de mudança Um castigo

8. Sentes que és responsável por estares aqui?

Sim Não

9. Tens algum Processo Tutelar Educativo a decorrer?

Sim Não

10. Sentes-te apoiado por todos os adultos no lar?

Sim Não

11. Tens algum adulto de referência?

Sim Não

12. Sentes que quando necessitas de ajuda tens sempre alguém capaz de te ouvir e compreender?

Sim Não

13. Mete uma cruz no sentimento que tens em relação aos adultos da casa.

Acho que as pessoas me querem enganar

Penso que as pessoas são injustas comigo

Sinto-me bem com os adultos da casa

Acho que os adultos me magoam de propósito

Os adultos provocam-me

Os adultos acalmam-me

Os adultos enervam-me

Os adultos tentam ajudar-me

Acho que estão todos contra mim

14. Numa escala de 0 a 10, em que o número 0 é um sentimento mau e o 10 um sentimento ótimo, refere em que número achas que te situas neste momento de tua vida?

10	Melhor vida possível
9	
8	
7	
6	
5	
4	
3	
2	
1	
0	Pior vida possível

15. Faz uma cruz na opção que melhor te descreve, neste momento.

- Sinto-me forte
- Gosto de mim
- As pessoas querem estar comigo
- Sinto-me normal
- Sou uma boa pessoa
- Faço coisas bem e sem ajuda
- Sou simpático para os outros
- Digo a verdade
- Tenho orgulho nas coisas que faço
- Estou feliz por ser quem sou
- Porto-me mal
- Sou ajudado

16. Faz uma cruz no que de melhor te descreve desde que estás aqui.

- Preocupo-me com os meus colegas
- Durante a noite tenho sonhos assustadores

- Preocupo-me quando gozam comigo
- Tenho medo de me portar mal
- Tenho medo de fazer as coisas mal
- Ando nervoso
- Preocupo-me com o futuro
- Preocupo-me que os adultos se zanguem comigo
- Preocupo-me com a possibilidade de ser agressivo

17. Faz uma cruz na situação que mais te descreve neste momento.

- Acho que a minha vida aqui é má
- Tenho dificuldades em controlar-me
- Tenho dificuldades em fazer as coisas bem aqui em casa
- Sinto-me uma pessoa má
- Sinto-me uma pessoa boa
- Sinto que gostam de mim aqui
- Acho que acontecem coisas más por minha causa
- Sinto-me triste e infeliz
- Sinto-me feliz
- Choro muitas vezes
- Acho que a minha vida vai ser sempre má
- Acho que a minha vida vai melhorar

18. Onde te sentes melhor?

- Aqui na Instituição Ou lá fora

19. Sentes algum tipo de ajuda?

- Sim Não

20. Os apoios dados pelos adultos fazem-te pensar na tua vida e nos teus comportamentos?

- Sim Não

21. Estás arrependido de alguma coisa que fizeste antes de vires para aqui?

- Sim Não

Diz qual.

22. Achas que houve alguma mudança na maneira como vês a tua vida desde que estás aqui?

Sim Não

23. Tens algum projeto de vida para o futuro?

Sim Não

Se sim, qual?

24. Se pudesses modificar alguns comportamentos teus antes de vires para o Lar modificavas?

Sim Não

25. Achas que vai influenciar alguma coisa na tua vida futura esta passagem pela Instituição?

Sim Não

26. Descreve um pouco a tua passagam por por o Lar e como fazes para ultrapassar os momentos mais difíceis?

27. Sentes-te preparado para sair?

Sim Não

28. Achas o apoio dos teus pais muito importante para o teu futuro?

Sim Não

29. Fala um pouco dos teus sentimentos e de como é viver numa Instituição.

Obrigada pela sua colaboração!

ⁱ Adaptado de Santos (2010)